



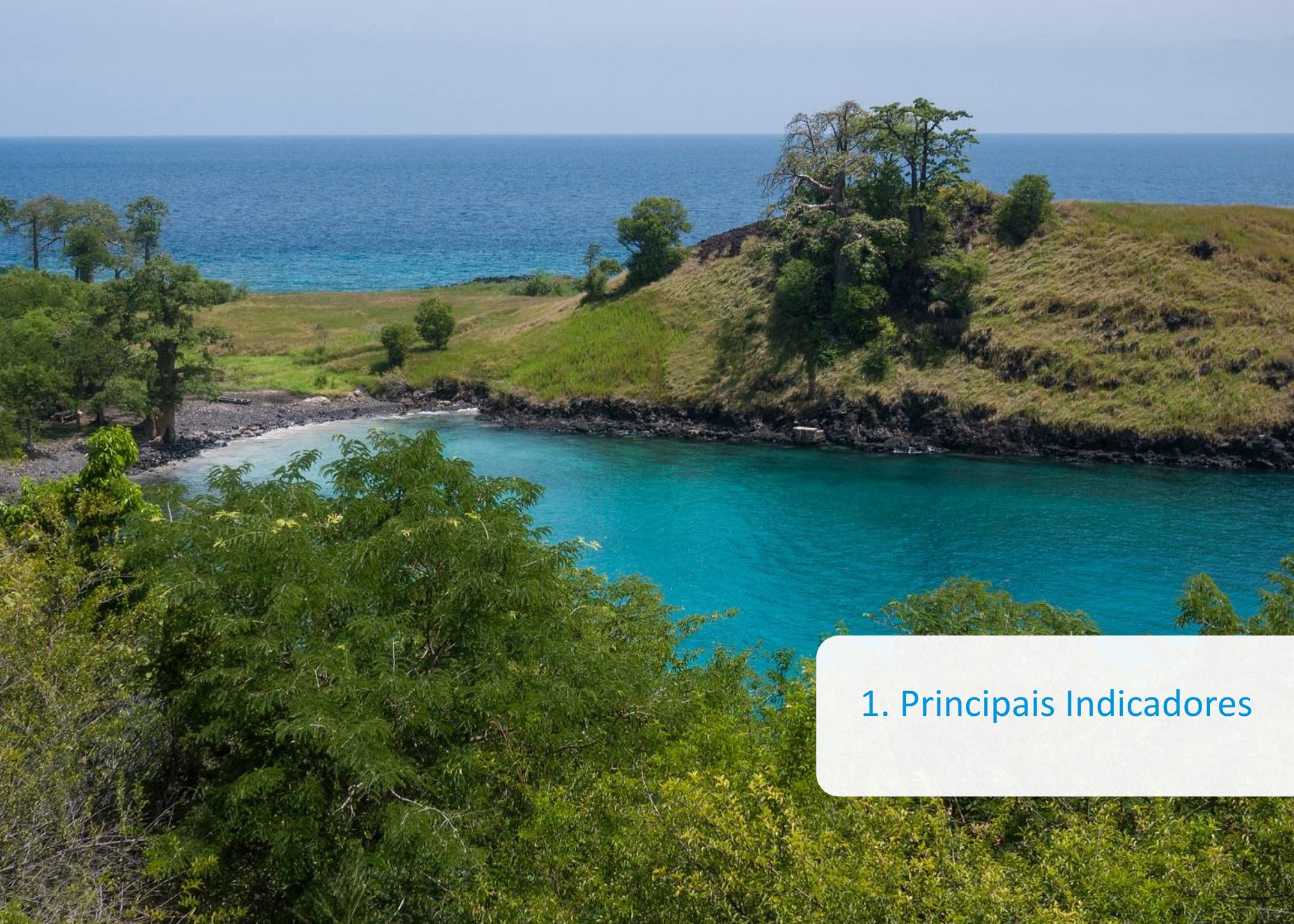
**BANCO INTERNACIONAL
DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE**

Relatório & Contas

2015

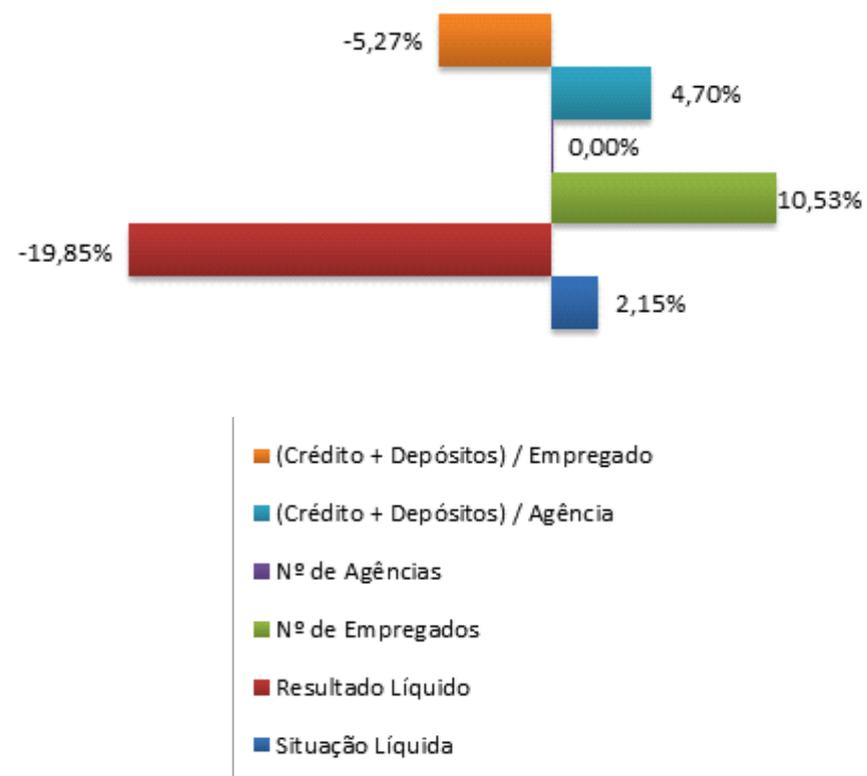
ÍNDICE

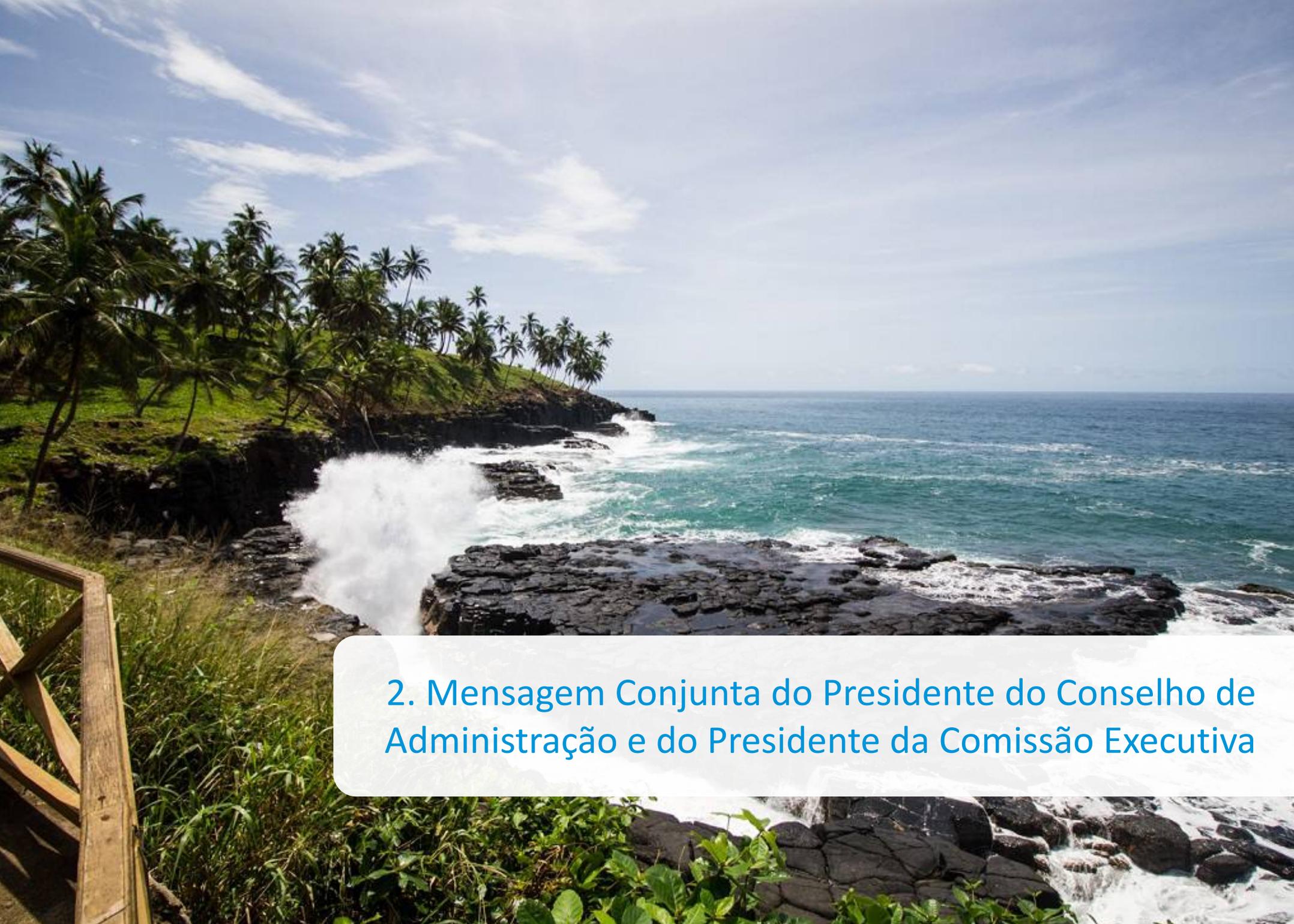
| | |
|---|----|
| 1. Principais Indicadores | 3 |
| 2. Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva | 5 |
| 3. Principais Referências | 9 |
| 3.1 Estrutura Acionista | 10 |
| 3.2. Órgãos Sociais | 10 |
| 3.3 Marcos da Atividade | 11 |
| 4. Enquadramento Macroeconómico e Financeiro | 13 |
| 4.1 Contexto Internacional | 14 |
| 4.2 Contexto Nacional | 16 |
| 5. Estratégia de Negócio e Presença Geográfica | 23 |
| 5.1 Estratégia e Modelo de Negócio | 24 |
| 5.2 Presença Geográfica e Canal de Distribuição | 25 |
| 6. Principais Áreas de Negócio | 27 |
| 6.1 Banca de retalho: Particulares | 28 |
| 6.2 Banca Corporativa: Empresas e Instituições | 30 |
| 7. Recursos Humanos | 33 |
| 8. Responsabilidade Social | 38 |
| 9. Análise Financeira | 41 |
| 9.1 Componente de Balanço | 42 |
| 9.2 Componente da Demonstração de Resultados | 43 |
| 10. Proposta de Aplicação e Distribuição de Resultados | 44 |
| 11. Demonstrações Financeiras | 46 |
| 11.1 Balanço | 47 |
| 11.2 Demonstrações de Resultados | 48 |
| 12. Notas às Demonstrações Financeiras | 49 |
| 13. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal | 81 |



1. Principais Indicadores

| Milhares de Dobras | 2015 | 2014 | Δ% |
|---|---------------|---------------|---------|
| Balço | | | |
| Activo Líquido | 2.310.786.988 | 2.121.671.997 | 8,91% |
| Crédito Líquido | 588.474.362 | 607.640.829 | -3,15% |
| Recursos de Clientes | 1.909.711.594 | 1.739.644.220 | 9,78% |
| Situação Líquida | 305.767.412 | 299.337.972 | 2,15% |
| Resultados | | | |
| Margem Financeira | 98.485.252 | 121.261.670 | -18,78% |
| Margem Complementar | 90.133.470 | 73.024.912 | 23,43% |
| Produto Bancário | 188.618.722 | 194.286.581 | -2,92% |
| Resultado de Exploração | 69.102.715 | 81.593.622 | -15,31% |
| Resultado antes de Imposto | 35.577.238 | 43.945.127 | -19,04% |
| Resultado Líquido | 25.576.708 | 31.912.113 | -19,85% |
| Rácios | | | |
| ROE | 7,77% | 9,92% | -2,15pp |
| ROA | 0,96% | 1,30% | -0,34pp |
| Margem Financeira/ Activo | 4,01% | 5,36% | -1,35pp |
| Margem Complementar/ Produto Bancário | 47,79% | 37,59% | 10,20pp |
| Rácio de Eficiência (<i>Cost-to-Income</i>) | 75,47% | 67,73% | 7,74pp |
| Capitais Próprios/ Activo | 12,45% | 13,22% | -0,77pp |
| Rácio de Transformação | 33,45% | 40,12% | -6,67pp |
| Nº de Empregados | 168 | 152 | 10,53% |
| N.º de Agências | 12 | 12 | 0,00% |
| (Crédito + Depósitos) / Agência | 212.082.790 | 202.556.023 | 4,70% |
| (Crédito + Depósitos) / Empregado | 15.148.771 | 15.991.265 | -5,27% |





2. Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva

No início de Janeiro de 2016 o Primeiro-Ministro São-Tomense, Dr. Patrice Trovoada, reconheceu e referiu que *"o ano de 2015 foi um ano de muita dor, sacrifícios diversos e dificuldade de vária ordem para os são-tomenses"*, mas prometeu que *"o ano de 2016 vai ser um palco de novas conquistas"*. Esta declaração proferida pelo Primeiro-ministro de São Tomé e Príncipe, ilustra bem a difícil conjuntura que caracterizou a atividade económica em 2015.

O contexto económico foi adverso não só pela aprovação tardia do OGE, mas também pela dificuldade de mobilização de recursos financeiros para o financiar.

O nível de liquidez injetado na economia pelo Estado ficou condicionado pelos fatores já mencionados, ao ponto de deixar em dificuldades de tesouraria muitas empresas credoras do Estado. As dificuldades de tesouraria sentidas pelas empresas tiveram repercussão imediata sobre o sector bancário, através do aumento do risco de incumprimento e de provisão.

Para o sector bancário, este ano foi mais um de grande adversidade, desafios e teste de resiliência a todos os níveis.

Apesar de alguma evolução registada no mercado desde o surgimento do sistema financeiro até à presente data, o mercado para o sector financeiro ainda tem uma dimensão micro (em termos populacional e em termos de poder de compra).

Atuando de forma muito ativa 7 bancos neste mercado, onde as oportunidades de negócio se fizeram mais escassas, principalmente nesta conjuntura, verificou-se neste ano uma intensa atividade dos bancos na redução das taxas de juros nominais de forma significativa, visando estimular o crescimento das suas respetivas carteiras de crédito. Porém, essa ação trouxe também como efeito negativo a rentabilização menos eficiente dos recursos e contribuiu para esmagar ainda mais a margem financeira, já deprimida com o nível ainda baixo do volume da carteira de crédito.

Foi notório neste ano que a vulnerabilidade do sistema financeiro nacional assenta

também no nível de concentração das operações de crédito, no elevado nível de endividamento dos agentes económicos, no recrudescimento do incumprimento, na fraca proteção legal e na morosidade na resolução de processos contenciosos, num mercado imobiliário pouco líquido para liquidação dos imóveis recebidos em dação, e, no elevado custo operacional.

A intervenção do BCSTP no Banco Equador, bem como a exigência de reforço de capital para alguns bancos que operam no sistema financeiro nacional, é bem o reflexo da vulnerabilidade deste sector e que se tornaram mais visíveis nesta conjuntura adversa.

Apesar da rentabilidade e da solvabilidade do sector bancário mostrarem grandes vulnerabilidades e motivos de inquietação, o sector tem apresentado, contudo, um excesso de liquidez, explicado em parte pela redução de procura creditícia de boa qualidade.

O BCSTP, através da NAP 14/2015 e NAP 04/2015, criou respetivamente as Operações de Mercado Aberto (OMA) e o Mercado Monetário Interbancário (MMI), com o objetivo de canalizar esse excesso de liquidez para a economia através da emissão de Bilhetes de Tesouro e oferecer uma alternativa de aplicação para o sector bancário no mercado nacional e melhorar a sua rentabilidade.

Atividade do BISTP

A fraca atividade económica que levou a uma menor procura creditícia associada a níveis de taxas de juro cada vez mais baixos, condicionou negativamente a margem financeira e o produto bancário.

O desafio para o BISTP perante essa conjuntura, foi não só manter a sua posição de líder do mercado e defender a sua quota, mas também continuar a manter os indicadores de liquidez, solvabilidade e rentabilidade em terreno positivo, através de

uma gestão prudencial do ativo e do passivo.

O cumprimento desse desiderato, foi possível graças ao reforço contínuo da cultura inscrita no ADN do BISTP que se identifica com a orientação para a qualidade, rigor e segurança, profissionalismo da sua equipa, rendibilidade dos ativos e a racionalização dos custos. É também graças a essa cultura que tem sido possível evoluir de forma progressiva e efetiva no cumprimento do objetivo estratégico de “Excelência” assente em 4 eixos fundamentais (Comercial, Modernização e Expansão, Recursos Humanos e Sistemas de Informação).

No âmbito de processo de modernização e expansão, salienta-se a edificação da Filial da Região Autónoma do Príncipe e de uma Mediateca. Trata-se de um marco importante na história do Banco, que mostra a sua determinação para modernizar as suas instalações e melhor acolher os seus clientes, para reforçar a sua imagem institucional no mercado, aumentar a bancarização. É também um sinal claro que o banco dá, através deste investimento, relativamente à sua visão quanto à viabilidade futura deste mercado, apesar das adversidades e da sua pequenez.

Assim, em 2015, o BISTP conseguiu manter os seus rácios prudenciais em níveis bastante confortáveis (Liquidez e Solvabilidade), obter um resultado líquido positivo, apesar da queda em torno de 19,85%, e consequentemente manter a sua rendibilidade em terreno positivo. De salientar que o BISTP foi o único banco no sistema financeiro nacional a registar um resultado positivo.

Certamente que estes feitos não seriam alcançados sem o acompanhamento e o apoio incondicional da estrutura acionista do banco (Estado são-tomense, Caixa Geral de Depósitos, Banco Angolano de Investimentos) e muito menos sem a estreita colaboração, empenho e profissionalismo dos 168 colaboradores do Banco.

Mas, não podemos, contudo, deixar de referir a ocorrência simultânea de duas situações:

- Na óptica da Despesa: o aumento da estrutura do BISTP, ocorrido nos últimos 2 a 3 anos, provocou em simultâneo um significativo agravamento nos seus custos estruturais, com destaque para:

- o aumento nas amortizações (imobilizado): +23,01% de Jan./2014 para Jan./2015 e +33,9% de Jan./2015 para Jan./2016;

- o acréscimo no custo de Pessoal: +10,27% de Jan./2014 para Jan./2015 e +22,9% de Jan./2015 para Jan./2016;

- o agravamento nas Provisões (por crédito em incumprimento): -23,93% de Jan./14 para Jan./2015 (diminuição) e +43,9% de Jan./2015 para Jan./2016;

- a fortíssima diminuição do resultado nas operações cambiais (depreciação do USD): apesar de Jan./2014 para Jan./2015 ter ocorrido uma elevadíssima valorização do USD, a provocar um crescimento superior a +4.085% (nesse período) nos proveitos em operações financeiras, de Jan./2015 para Jan./2016 ocorreu uma depreciação de -92,1%.

- Na óptica da Receita: por sua vez, a conjuntura de 2015 não foi favorável para que o Volume de Negócios do BISTP crescesse na mesma medida e proporção de modo a compensar o acréscimo significativo dos encargos atrás referidos.

Estas duas situações, no seu conjunto, contribuíram significativamente para a deterioração contabilística no ano 2015 em relação aos anos anteriores.

Perspectivas para 2016

A história do BISTP se confunde com a história do sistema financeiro nacional, por isso o engajamento do banco com o desenvolvimento do sistema financeiro e da economia em geral é reafirmada a cada ano.

Para 2016, esperamos uma conjuntura ainda adversa, mas, previsivelmente melhor que o ano findo.

O banco continuará a apostar na "Excelência", no desenvolvimento da sua atividade como estratégia para melhor servir os seus Clientes, e no melhor controlo do risco e dos custos para atingir os objetivos de rendibilidade, solidez e liquidez.

Assim, pretende-se dar enfoque às seguintes ações:

- Dinamização do (bom) crédito a particulares e empresas;
- Melhorar a repartição de risco;
- Aumentar a pró-atividade comercial e fixar objetivos por unidade de negócio;
- Aumentar o número de clientes, através de uma maior bancarização da população;
- Ajustar o pricing e o preço;
- Continuar a aposta no reforço de segurança do sistema informático e da banca eletrónica;
- Melhorar o controlo e racionalização dos custos.

Mais uma vez, importa realçar e enaltecer que o contínuo apoio dos Acionistas será fundamental para o alcance dos objetivos fixados para 2016, assim como o empenhamento e envolvimento de todos os Colaboradores em torno desses objetivos.

A administração do BISTP espera poder continuar a merecer a confiança e contar com todo o apoio dos seus Stakeholders, de forma a poder continuar a contribuir positivamente neste projeto de sucesso que tem sido o BISTP "desde sempre para sempre".



3. Principais Referências

3.1 ESTRUTURA ACIONISTA



3.2 ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

José Lourenço Soares
Presidente

Ana Silveira
Secretária

Inokcelina dos Santos
Secretária

CONCELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Adelino Castelo David
Presidente

Miguel Malheiro Reymão
Vogal

Acácio Elba Bonfim
Vogal

Lucamba Magalhães
Vogal

João Carlos Aguiar Cristóvão
Vogal

COMISSÃO EXECUTIVA

Miguel Malheiro Reymão
Presidente

Acácio Elba Bonfim
Administrador Executivo

Lucamba Magalhães
Administrador Executivo

CONCELHO FISCAL

João Barata da Silva
Presidente

Molelalisso Santos Afonso Fernandes
Vogal

Nyaneka Nazaré Ferreira Sousa
Vogal

3.3 MARCOS DA ATIVIDADE

Janeiro 2015

O Banco Central de S. Tomé e Príncipe (BCSTP) decidiu assumir a gestão do Banco Equador (BE) de capital angolano, tido como o segundo mais importante banco privado do país. A intervenção teria a duração de 90 dias e o BCSTP justificou a intervenção com a necessidade de garantir a estabilidade do sistema financeiro nacional, e prevenir a ocorrência de situações que podiam prejudicar o normal funcionamento das instituições que operam no sistema.

Fevereiro 2015

O BCSTP decidiu rever em baixa a taxa de juro de referência em vigor desde Abril de 2014 passando de 12% para 10%. Segundo o BCSTP a redução da taxa vem em resultado da evolução favorável dos indicadores macroeconómicos, principalmente a melhoria do nível de inflação que se tem vindo a verificar nos últimos tempos. Esta medida também vista como sendo para incentivar os bancos comerciais a baixar as suas taxas de empréstimo, a fim de impulsionar o setor privado e criar oportunidades para o desenvolvimento das pequenas e médias empresas.

Abril 2015

O BCSTP criou o Mercado Monetário Interbancário (MMI). De acordo com a NAP 04/2015, o BCSTP considera que o MMI, desempenha um papel indispensável na transmissão das decisões de política monetária à economia e considera que este mecanismo irá regular a permuta de liquidez entre os bancos, diminuindo o recurso ao financiamento.

Junho 2015

Foram introduzidos pela primeira vez no mercado financeiro são-tomense os Bilhetes de Tesouro (BT). Num comunicado emitido pelo Ministério das Finanças foi explicado que os BT são um novo instrumento de financiamento interno de défice temporário de tesouraria, em que o Estado, de acordo com a previsão da receita a arrecadar, vai recorrer a empréstimos junto dos bancos comerciais para obter capital para financiar as suas atividades e cujo reembolso não deve ultrapassar um ano. O BCSTP regulamentou a emissão e a transação dos BT e, através da NAP 14/2015 informa que este mecanismo terá uma grande importância para a gestão de liquidez e de financiamento do défice fiscal, bem como, a diversificação de opções de aplicação de poupança dos agentes económicos.

Julho 2015

O BISTP assina o acordo de partilha de risco com o IFC (International Finance Corporation), no âmbito de uma linha de crédito lançada pelo BISTP e destinada às Pequenas e Médias Empresas em S. Tomé e Príncipe.

A assinatura deste acordo implicou para o BISTP a integração no seu processo de avaliação de risco de crédito, a questão do risco ambiental e social, tornando o primeiro banco no mercado nacional a ter, também, risco ambiental e social no centro da sua política de concessão.

Setembro 2015

O Acionista CGD dá por finda a missão do Dr. João Carlos Aguiar Cristovão, como vogal do Conselho de Administração e, em substituição, nomeia o Eng.º Miguel Malheiro Reymão que, concomitantemente, passa a ser o novo Presidente da Comissão

Executiva.

Dezembro 2015

Foi inaugurada a nova filial do BISTP na ilha do Príncipe. O novo edifício ocupa uma área de mil e cem metros quadrados e para além de compartimentos para serviços bancários de forma a poder prestar um atendimento mais rápido e eficaz aos seus clientes, tem também um auditório com capacidade para 89 lugares, uma mediateca e vários gabinetes com equipamentos modernos. De lembrar que a agência do Príncipe foi a 3ª agência do BISTP a abrir ao público, decorria o ano de 1996.

Forte na sua imagem de banco universal, de grande solidez financeira, de atitude moderna e inovadora, o BISTP tem conseguido aumentar a sua carteira de clientes de forma contínua e sustentada.



4. Enquadramento Macroeconómico e Financeiro

4.1. Contexto Internacional

No plano internacional o ano de 2015 foi um ano de grandes incertezas protagonizadas pela descida do preço de petróleo, queda na bolsa chinesa, incerteza à volta da subida das taxas de juro nos EUA e dos efeitos da política monetária do BCE sobre a economia real da Zona Euro.

Depois do crescimento da economia mundial de 3,4% em 2014, o FMI esperava que a economia conhecesse um crescimento de 3,5% em 2015. Porém a desaceleração das economias emergentes pelo quinto ano consecutivo, resultante da queda do preço de petróleo e da matéria-prima, do arrefecimento do crescimento na China e a menor afluência de capital para esses mercados, levou o FMI a rever em baixa a sua perspetiva de crescimento para 2015. Diante desses riscos reais de abrandamento da economia emergente, a previsão de crescimento da economia foi fixada em 3,1%, representando uma queda em 0,4 pontos face à primeira previsão, apesar das economias ditas avançadas continuarem a conhecer melhoria, embora que ainda ténue.

Em termos de perspetivas, espera-se que, de uma forma agregada, a economia mundial continuará a crescer, mas com taxas de crescimento cada vez menor, e a evolução das economias continuará a ser díspar nas principais regiões económicas.

EUA e Zona Euro (Economias mais avançadas)

Zona Euro

Segundo a Comissão Europeia, o crescimento da economia da zona euro deve acelerar ligeiramente em 2015 ficando em torno de 1,6% após uma previsão inicial de 1,8%. A revisão em baixa da previsão de crescimento da economia da zona euro é consequência da redução da procura mundial, em particular das economias

emergentes, como a China.

Como um grande importador de petróleo e de outras matérias-primas, a baixa dos preços desses bens no mercado nos últimos anos tem favorecido o crescimento da economia da zona, mas também têm condicionado por outro lado o aumento da inflação que continua ainda abaixo do objetivo fixado pelo BCE que é de 2%, sendo que é a este nível que a economia consegue estimular mais o consumo, investimento e gerar mais emprego.

Apesar da economia da zona euro conhecer um nível de crescimento ainda baixo, a consolidação desse crescimento ao longo dos últimos anos, permitindo que a economia saísse da fase de recessão, tem sido determinante para a redução da taxa de desemprego. A taxa de desemprego, com maior prevalência nos jovens, registou em 2015 o menor nível desde janeiro de 2012, ao ficar em 10,6% em outubro e as previsões apontam para 10,4% até o final de 2015. Embora essa taxa continue ainda elevada, a sua redução é um sinal claro da melhoria de confiança dos investidores.

O índice PMI, que mede a evolução da indústria e serviços na zona euro, conheceu melhorias em 2015, fixando-se em 54 pontos, sendo que 50 pontos é a fronteira entre a expansão e a contração. Assim, a expansão da indústria revela que tem havido um crescimento encorajador de novos negócios contribuindo para criação de novos empregos e redução da taxa de desemprego.

Os resultados positivos, embora ainda ligeiros, alcançados pela economia da zona euro, deve-se às políticas monetárias de compra de dívida pública e manutenção de taxa diretora próxima do zero adotada pelo BCE, que irão continuar nos próximos anos.

A baixa de petróleo, a baixa taxa de crédito e o fraco preço do euro poderão continuar a impulsionar o crescimento da economia da zona euro. Porém, existem fatores internos e externos de risco que poderão condicionar a contínua consolidação do crescimento da zona euro.

Os fatores de risco internos na zona euro prendem-se com o receio ainda bem presente de um eventual colapso da economia grega e o risco de contágio para as economias da periferia e ainda a fragilidade do sistema bancário.

Os fatores externos estão associados ao crescimento mais lento de procura por parte do mercado emergente, consequência do arrefecimento do crescimento na China e noutros mercados emergentes (mercado sul americano) limitando o crescimento de exportação das economias da zona euro para esses principais mercados.

Estados Unidos de América

Sustentada essencialmente pelo consumo interno (que soma as compras de famílias e empresas), a economia americana conheceu uma expansão na ordem de 2,4% em 2015, sendo o mesmo crescimento registado em 2014. Este nível de crescimento ficou abaixo da previsão de 2,6% do FMI.

O sólido crescimento da economia americana ao longo dos últimos anos tem repercutido na criação de novos postos de emprego, levando o nível de desemprego para níveis mais baixos dos últimos 7 anos, e a previsão aponta para uma taxa de 5% em 2015.

As melhorias ocorridas na economia americana levaram o Fed a perspetivar a elevação da sua taxa diretora entre 0,25% e 0,5%, que foi mantida durante quase uma década entre 0% e 0,25% para sustentar a recuperação da economia após a crise de subprime desencadeada em 2007-2008.

Porém o nível ainda baixo da inflação constitui uma preocupação para o Fed, pois o nível de inflação de 2% é imprescindível para garantir os objetivos de emprego máximo e assegurar o contínuo crescimento da economia. A essa preocupação deve-se juntar a desaceleração das economias emergentes, em particular da China, e volatilidade de câmbio que poderá influenciar o comportamento da procura do dólar.

Emergentes

Os países emergentes continuaram a perder o fôlego em 2015, e isso pelo quinto ano consecutivo, devido aos sobressaltos nos mercados de câmbio, petróleo e nos preços das matérias-primas e à desaceleração económica da China.

O conjunto dos países emergentes conheceu um crescimento de seu Produto Interno Bruto (PIB) em 4,3% no ano de 2015, contra 4,6% em 2014 e 5% em 2013.

Esta evolução está intimamente ligada à desaceleração da economia da China, que registou um crescimento de 6,9% para 2015, contra 7,4% em 2014, e espera-se um crescimento de 6,7% para 2016.

No grupo "BRICS", o clube das grandes economias emergentes, a Índia se distingue por seu dinamismo. O país registou um crescimento de 7,5% em 2015 e é esperado o mesmo nível de crescimento para 2016.

O Brasil está numa fase de recessão económica e o seu PIB teve uma contração de 1% em 2016 e a previsão para 2016 aponta para uma contração de 3,5% do PIB. A Rússia deve continuar em terreno negativo, com uma contração do PIB de 3,8% em 2015 e de 1,1% prevista para 2016. A África do Sul cresceu 1,3% neste ano e perspectiva-se um crescimento 2,1% no ano seguinte.

O FMI espera que o crescimento do grupo de emergentes melhore em 2016 (+4,3%), mas, apesar disso, continua atento aos riscos que os mercados de petróleo, de matéria-prima e de câmbio representam para essas nações.

África Subsaariana

África Subsaariana conheceu uma expansão de 3,4% do seu PIB este ano. A queda dos preços do petróleo e das matérias-primas provocaram a baixa do PIB para 2015, inicialmente previsto para 4,6%. A queda nos últimos tempos do preço das matérias-

primas como o petróleo, minério de ferro, cobre, vários produtos agrícolas que são exportados pela África, após uma década e meia de alta, está afetando um pouco as exportações, o valor das exportações, mas também o investimento que está sendo feito em vários países africanos. Contudo a África continua crescendo, mas realmente, num ritmo mais baixo do que anteriormente.

Apesar da desaceleração será a segunda maior expansão do mundo a seguir aos países emergentes e em desenvolvimento da Ásia.

Para grande parte da região, as perspectivas de crescimento continuam favoráveis pelo facto das economias aproveitarem os benefícios dos menores gastos com a importação de petróleo. Segundo o FMI os países africanos que tiveram melhor desempenho em 2015 foram a Etiópia, República Democrática do Congo (RDC), Moçambique e Costa do Marfim.

Entretanto, algumas dessas economias também "sentem o impacto da redução dos preços para as suas exportações de matérias-primas não-petrolíferas".

De uma forma global prevê-se um crescimento particularmente forte na maioria dos países de baixa renda e nos mais frágeis, o que deve ajudar a reduzir os níveis de pobreza.

O FMI alerta também para a necessidade urgente de políticas que ajudem a transformação estrutural para diversificar a base de produção da África Subsariana e promover uma maior integração nas redes comerciais globais.

Perspetivas para 2016

O Banco Mundial reduziu as previsões de crescimento da economia mundial em 2016 de 3,3%, para 2,9%, informou o relatório Perspectivas Económicas Globais, divulgado pela instituição.

As economias emergentes, com um peso cada vez maior na economia global (57% atualmente), continuarão a registar uma desaceleração no seu crescimento, facto que terá um impacto muito visível na economia global.

A evolução do preço do petróleo, da economia chinesa, e o preço das matérias-primas continuará a ser determinante na evolução da economia mundial em 2016. Os países com as economias muito pouco diversificadas, deverão dar início a reformas da sua estrutura económica, estimular o consumo interno, visando a redução do elevado risco de exposição com a flutuação dos preços das matérias-primas no mercado mundial.

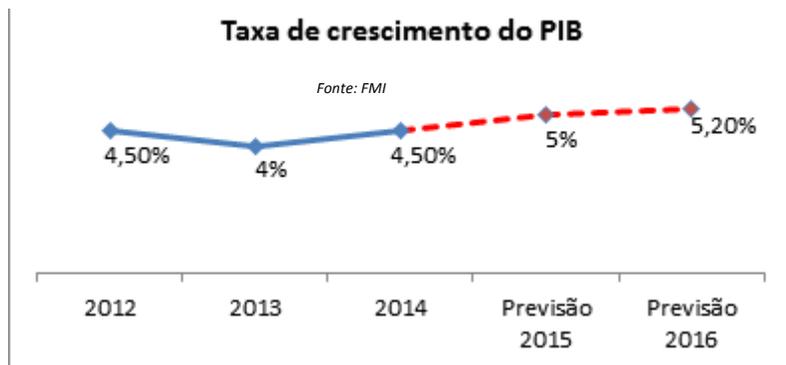
4.2 Contexto Internacional

À imagem dos últimos anos, o ano de 2015 também ficou caracterizado por uma conjuntura económica e financeira adversa, destacando-se a dificuldade de mobilização de recursos externos para o financiamento do Orçamento Geral de Estado, avaliado em 154 milhões de dólares americanos, sendo que mais de 50% seria suportado por fundos externos, segundo a previsão do governo.

A conjuntura económica de 2015 ficou ainda mais deprimida com a aprovação tardia do orçamento (apenas em Abril de 2015), o que condicionou a global implementação do orçamento, atrasando os investimentos públicos previstos e o pagamento da dívida do Estado às empresas. Esta foi a conclusão do FMI após a avaliação da evolução económica de São Tomé e Príncipe no primeiro semestre de 2015. A dificuldade económica foi aliás reconhecida pelo Primeiro-ministro ao afirmar que 2015 "*foi um ano de muita dor, sacrifícios diversos e dificuldade de vária ordem*" para os são-tomenses, mas prometeu que este ano de 2016 vai ser "*um palco de novas conquistas*".

Evolução Macroeconómica

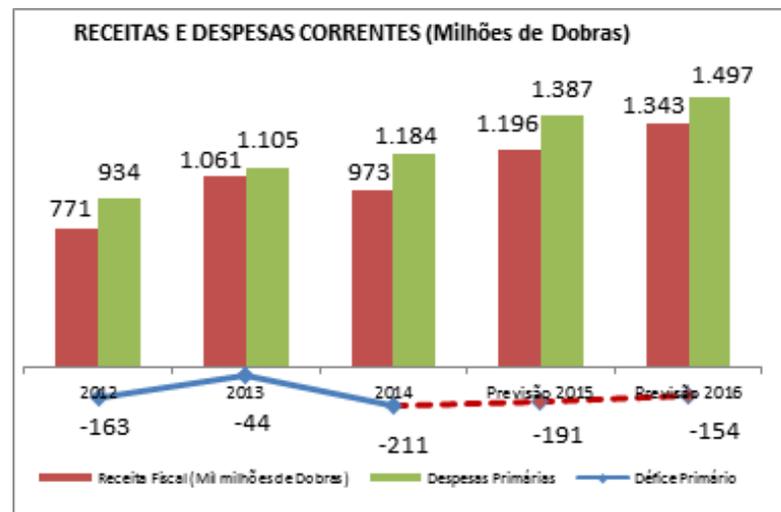
Não obstante o cenário menos favorável de desempenho económico observado até o primeiro semestre de 2015, a diretora do Fundo Monetário Internacional (FMI) para África, Antoinette Sayeh acredita que se o governo introduzir medidas adicionais para aumentar a arrecadação de receitas fiscais, e cortar nas despesas onde for necessário, de forma a respeitar o défice primário doméstico previsto para 2015 (-2,6% do PIB), a economia poderá crescer em 5%, conforme projetado pelo governo. Esta projeção é sustentada pelo peso do investimento público previsto, recuperação da produção do cacau e um aumento do investimento estrangeiro no turismo.



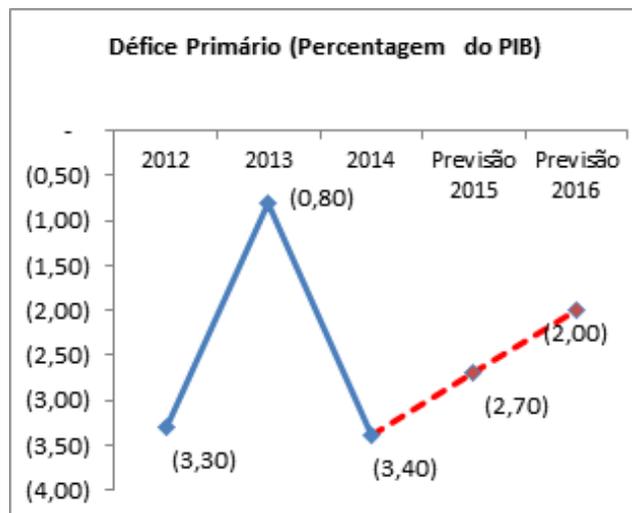
Fonte: FMI

De acordo com o FMI, o total de receita fiscal prevista é de STD 1.073 mil milhões de dobras, constituída à base de imposto sobre o IRS, IRC, Imposto sobre Importação e Imposto sobre o Consumo. Este crescimento previsto da receita fiscal de 22% face ao ano transato e que se eleva a 15% do PIB, é sustentado por uma ampla campanha para a inclusão fiscal cujo objetivo é o alargamento da base tributária e de um maior controlo de evasão fiscal.

Espera-se que as despesas primárias cresçam em 17,5% e que seu peso face ao PIB fique em 19,3%, de forma que o saldo défice primário fique em 2,6% do PIB. Assim, para atingir os seus objetivos de défice, o governo pretende cortar nas despesas primárias domésticas.

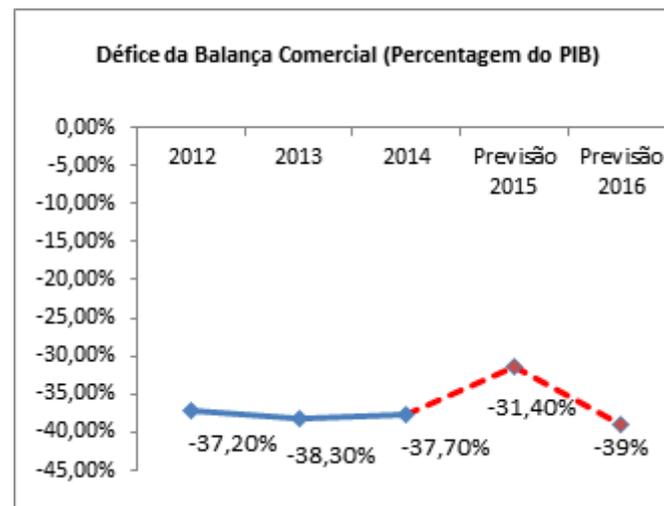
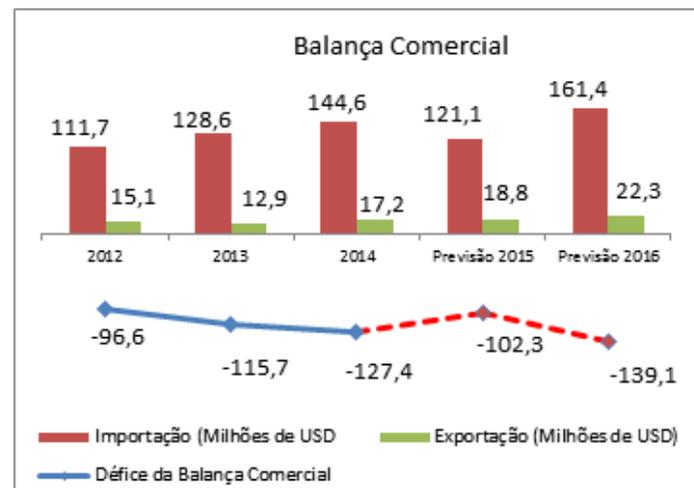


Fonte: FMI



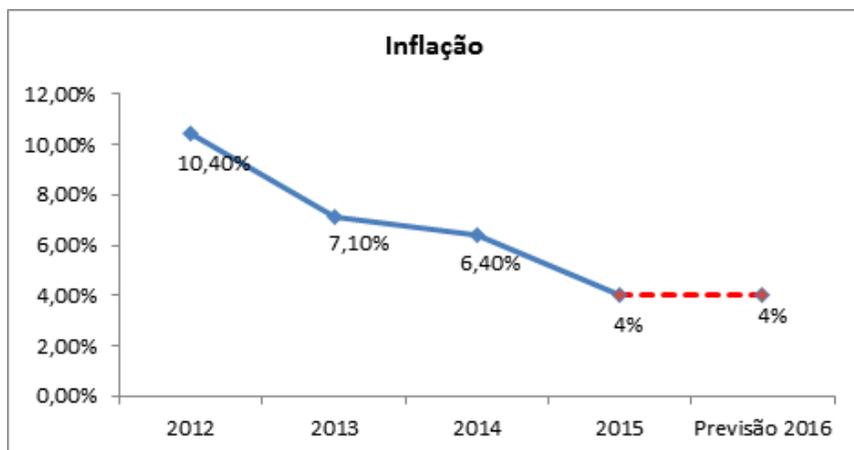
Fonte: FMI

Em relação à balança comercial, prevê-se que as exportações cresçam cerca de 9,3%, chegando aos 18,8 milhões de dólares americanos. Esse valor representa 5,8% do PIB, evidenciando-se o cacau como o principal produto de exportação. Esta projeção deve-se ao importante investimento feito pelos produtores comprometidos em elevar a sua produção, qualidade e certificação para continuarem a ser uma referência nos mercados internacionais. Relativamente à importação, deve-se esperar uma desaceleração na ordem de -16,25%, situando-se nos 121 milhões de dólares americanos devido a uma menor procura interna, e o seu peso no PIB ficará em 37,2%. Apesar de uma melhoria prevista do rácio de cobertura da exportação pela importação, este último ainda é muito negativo refletindo um grande desequilíbrio da balança comercial.



As reservas internacionais (divisas no exterior) do país estão numa situação confortável, registando-se um substancial reforço, alcançando os 6 meses de importação. Este valor mantém-se num patamar relativamente confortável em relação ao valor de referência (3 meses), de ativação da facilidade de crédito do Acordo de Cooperação Económica.

O nível de inflação de 2015, continuou a apresentar uma trajetória descendente e abaixo dos dois dígitos, que vem marcando nos últimos três anos. Neste ano de 2015, atingiu o valor de 4%, o valor mais baixo registado nas duas últimas décadas. Salienta-se que o FMI na sua primeira avaliação tinha revisto em baixa a sua previsão de inflação de 5,2% para 5%, justificando que a baixa inflação registada ao longo de 2015 é o resultado de uma procura agregada mais fraca.



Fonte: FMI e BCSTP

Economia e Investimentos

Embora haja um maior abrandamento relativamente ao investimento direto estrangeiro a nível mundial, continua a existir interesse dos investidores estrangeiros em S. Tomé e Príncipe para os diferentes sectores de atividade, e um contínuo empenho do Governo em melhorar o ambiente de negócio.

- A nível do Investimento privado, é de salientar que a AGRIPALMA, que emprega atualmente cerca de 800 trabalhadores, prevê para 2016 a construção de uma fábrica de produção de óleo de palma, projetada para produzir cerca de 10 mil toneladas de óleo alimentar por ano, sendo que uma parte desta produção destinar-se-á ao consumo interno e a outra para exportação. Ao atingir esse nível de produção, a empresa tornar-se-á numa das maiores produtoras de óleo de palma da região da África Central. Importa salientar que o total de investimento anunciado foi de 40 milhões de dólares americanos.

- No tocante ao ambiente de negócio, importa frisar que o Ministro da Economia Cooperação Internacional, Agostinho Fernandes, anunciou a criação de um anuário que aponta as oportunidades de investimento, com finalidade de tornar o mercado nacional mais competitivo e posteriormente pretende alterar alguma legislação para atrair e facilitar o investimento privado estrangeiro.

- Quanto à melhoria da saúde pública, salienta-se que São Tomé e Príncipe República da China Taiwan assinaram um novo programa de cooperação bilateral em que se prevê o reforço da cooperação na área da saúde e produção alimentar. Há mais de uma década que a República da China Taiwan tem vindo a fazer a doação anual de 10 milhões de dólares para financiar o OE são-tomense, e a investir anualmente cerca de um milhão de dólares num programa especial de luta contra o paludismo no território são-tomense.

Mercado Monetário

O BCSTP decidiu rever em baixa a taxa de juro de referência em vigor desde Abril de 2014 passando de 12% para 10%. Segundo o BCSTP a redução da taxa vem em resultado da evolução favorável dos indicadores macroeconómicos, principalmente a melhoria do nível de inflação que se tem vindo a verificar nos últimos tempos. Esta medida visa incentivar os bancos comerciais locais a baixar as suas taxas de empréstimo, a fim de impulsionar o setor privado e criar oportunidades para o desenvolvimento das pequenas e médias empresas.

Este ano foram criados o Mercado Monetário Interbancário (MMI) e os Bilhetes de Tesouro (BT), através da NAP 04/2015 e NAP 14/2015 respetivamente, do BCSTP. Segundo o BCSTP, o MMI, desempenhará um papel indispensável na transmissão das decisões de política monetária à economia e considera que este mecanismo irá regular a permuta de liquidez entre os bancos, diminuindo o custo ao financiamento, ao passo que o BT será uma alternativa de aplicação para o excesso de liquidez existente no sistema, de financiamento do défice fiscal, e uma alternativa para diversificação de opção de poupança para os agentes económicos.

Sector Bancário

A fraca atividade económica e o aumento de dificuldades financeiras das famílias, empresas e pequenos negócios, têm afetado muito negativamente a saúde económica e financeira do setor bancário santomense, que tem vindo a registar uma escalada de créditos em incumprimento, uma rentabilidade negativa e uma degradação do rácio de solvência.

O baixo nível produtivo do país, associado a um grande número de bancos no mercado (7 bancos), faz com que o nível de concentração seja muito elevado. Os 3 principais bancos do mercado (excluindo o Banco Equador que encontra-se sob a intervenção do BCSTP desde Janeiro de 2015) representam cerca de 86% da quota do

crédito e 90,7% da quota de depósitos. Este é um cenário que torna o sistema financeiro santomense ainda mais difícil e, a luta para obter uma maior quota de mercado, um fator indispensável para garantir a continuidade do negócio.

Em 2014 o Island Bank, banco de capital nigeriano, foi declarado falido e os acionistas não tiveram outra solução senão a venda desta instituição, que foi comprada pelo Energy Bank (que já operava no mercado santomense), também de capital nigeriano. O Banco Equador, de capital angolano, tido como o segundo maior em termos de depósitos (11,92%) e terceiro em crédito (20,69%), atravessa problemas de liquidez. A intervenção do Banco Central foi decretada em Janeiro deste ano e tinha sido, inicialmente, estipulada para um prazo de 90 dias. Porém, este prazo foi prorrogado e, até à presente data, a ação de intervenção continua. Com a intervenção no Banco Equador, eleva-se para 3, o número de bancos comerciais já intervencionados pelas autoridades financeiras são-tomenses. Recorde-se que a primeira intervenção foi no Commercial Bank S. Tomé e Príncipe (COBSTP), em 2010.

Não obstante as dificuldades vividas, os bancos que operarem no sistema bancário nacional continuam a apostar na melhoria da sua imagem, procedendo a inúmeras obras de reabilitação e melhorando os serviços para os seus clientes. A taxa de bancarização tem crescido de forma moderada e, em 2013 era de aproximadamente 41,5%. As autoridades reguladoras desafiam os bancos a favorecerem uma maior inclusão financeira através do alargamento das suas redes e por diversificação na oferta dos seus produtos e serviços a preços competitivos.

Porém, com o recrudescimento do crédito malparado, os bancos retraíram-se na concessão de crédito e, conseqüentemente houve um aumento de liquidez no sistema financeira (o rácio de liquidez no sistema tem-se mantido na ordem 60%). O FMI e o BCSTP têm lançado reptos aos bancos no sentido de utilizarem essa liquidez existente no sistema para fomentar o relançamento da economia, através de uma oferta mais diversificada de produtos e serviços bancários e a preços mais apelativos, para o segmento de empresas e particulares, suscetível de atender a procura de

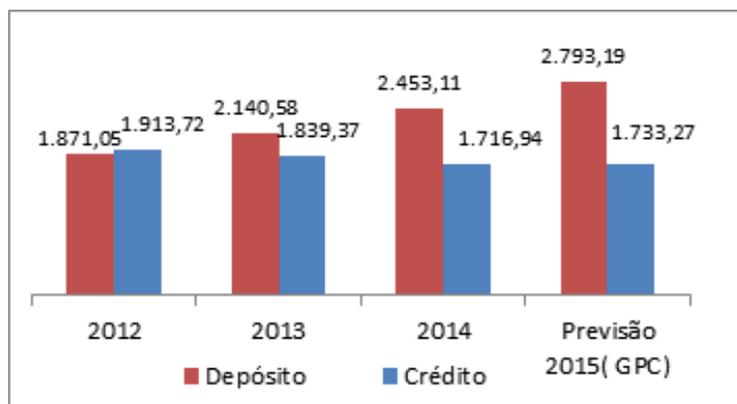
financiamento por parte da economia e alargar a inclusão financeira. A orientação do FMI e do BCSTP vai no sentido da oferta de microcrédito e no aumento de crédito a habitação e crédito às PME's.

Indicadores do sector bancário

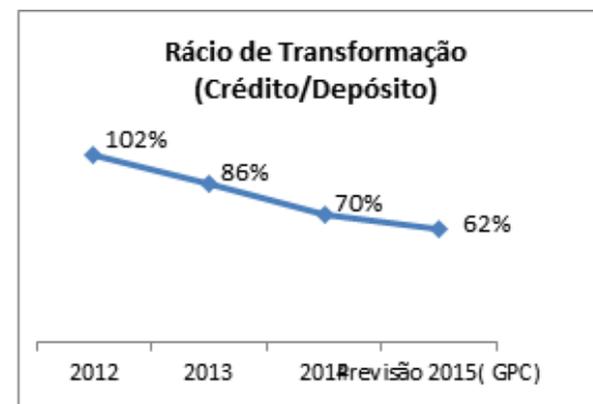
| | 2012 | 2013 | 2014 | Previsão 2015 (GPC) | Mínimo Regulamentar |
|------------------------------|--------|---------|---------|---------------------|---------------------|
| Qualidade da Carteira | 19,34% | 19,25% | 18,98% | 23,28% | |
| ROE | -0,27% | -10,84% | -35,24% | -40,92% | |
| ROA | -0,06% | -2,07% | -4,90% | -5,07% | |
| Solvabilidade | 27% | 18% | 15,10% | 14,17% | = ou > 12% |
| Liquidez | 49% | 51% | 57% | 66% | = ou > 20% |
| Cost-in-come | 70,86% | 101,7% | 103,9% | 121,60% | |

A carteira de crédito conheceu um tímido crescimento na ordem de 0,94%, contudo a evolução da carteira nos últimos anos evidencia uma política pouco expansionista dos bancos.

O depósito total, conheceu um aumento de 12,8% e o rácio de transformação tende a cair ao longo dos anos.



Fonte: BCSTP e GPC



Fonte: BCSTP e GPC

Os fundos próprios dos bancos conheceram uma degradação, evidenciando uma acumulação de resultado negativo, e consequentemente rácio de solvabilidade está deteriorando-se e prevê-se que situe em torno de 14,17% em 2015. Embora a média do rácio ao nível do mercado esteja acima do mínimo regulamentar, 12%, existem bancos que estão abaixo deste mínimo.

O rácio de liquidez continua muito acima do regulamentar que é de 20%.

Relativamente ao nível de rentabilidade do mercado, denota-se que o cenário é pouco animador, visto que o ROE e ROA são negativos, e para 2015 prevê-se que fiquem na ordem de, respetivamente, -40,92% e -5,07%.

O resultado líquido do sector continua muito negativo. Neste ano apenas uma instituição teve resultado positivo.

BISTP no Mercado

Apesar das adversidades do mercado nacional e da evolução pouco animadora do sector bancário, O BISTP focou-se, na oferta de produtos e pricing que vão de encontro às mudanças e aos anseios do mercado, na modernização e na expansão das suas instalações, visando um melhor acolhimento dos clientes, uma maior cobertura do mercado nacional e uma maior proximidade aos clientes. Estas ações permitiram uma desaceleração de queda da carteira de crédito (-1,13% contra cerca de -8% em 2013), sustentaram o contínuo crescimento da carteira de depósito (+9,93% em 2015), o crescimento do Ativo Total em +8,91%, e favoreceram a consolidação do BISTP como líder incontestável do mercado. O banco também na gestão prudente dos seus ativos e passivos conseguiu manter os rácios prudenciais em níveis bastante confortáveis, revelando mais uma vez a grande solidez do banco assim com a sua capacidade de resiliência face as conjunturas adversas.

| Quota do BISTP 2015 | |
|-----------------------|--------|
| Ativo Total | 57,78% |
| Capital Próprio | 61,63% |
| Crédito sobre cliente | 43,54% |
| Depósito Total | 67,78% |
| Balcões | 44,00% |
| ATM | 60,00% |

| Rácios prudenciais do BISTP | | Limite mínimo regulamentar |
|-----------------------------|--------|----------------------------|
| Solvabilidade | 20,41% | 12% |
| Liquidez | 60,90% | 20% |

Embora o resultado líquido tenha caído em 19,85%, o BISTP conseguiu, apesar da difícil conjuntura, gerar um resultado líquido positivo de STD 25.576 mio, sendo de resto a única instituição do sector em S. Tomé e Príncipe a gerar um resultado positivo.

Com as perspetivas de crescimento económico de 5% para 2016 (previsão do FMI), e com o país comprometido em restaurar a disciplina fiscal para manter a credibilidade do regime de câmbio fixo, espera-se que vislumbrem mais e melhores oportunidades de negócio e investimentos públicos.



5. Estratégia de Negócio e Presença Geográfica

5.1. Estratégia e Modelo de Negócio

O BISTP é um banco vocacionado para uma oferta universal de produtos e serviços financeiros e vem desenvolvendo a sua atividade de intermediação financeira atuando especificamente no segmento da Banca de Retalho e na Banca Empresas e Instituições.

Ao longo do ano de 2015, o BISTP procurou posicionar-se mais uma vez como uma instituição financeira ativa e muito presente no fomento da atividade económica, apesar da conjuntura adversa que a economia nacional atravessa, através da promoção de uma relação de maior proximidade com os clientes, com vista a dar resposta às suas ambições e projetos financeiros por via de apresentação de soluções financeiras cada vez mais ajustadas às necessidades específicas dos diferentes segmentos e suscetíveis de agregar valores ao negócio dos clientes.

A dinâmica imprimida pelo BISTP no desenvolvimento da sua atividade neste ano, deve ser interpretado como um sinal claro, proveniente da sua mais alta estrutura (os acionistas), que o banco acredita neste mercado e que continuará investindo esforços para fortalecer a credibilidade ímpar alcançada junto dos clientes e manter a sua resiliência (em termos de liquidez, solvabilidade e rendibilidade).

Os fatores que potenciam o elevado sentimento de confiança e segurança dos clientes em relação a marca BISTP, são os valores de rigor, prudência, transparência e profissionalismo sempre presente no desenvolvimento da sua atividade de intermediação. Por estes valores estarem presentes no código genético do BISTP e por serem transversais a toda a área do negócio do banco, encontrando-se no centro de toda a ação desencadeada no cumprimento dos objetivos estratégicos, a Comissão Executiva e os seus 168 colaboradores comungam e identificam-se totalmente com esses valores.

Além de preservar e reforçar os valores que potenciam e fortalecem a credibilidade na

marca BISTP, a estratégia do banco para os próximos anos passa também pelo investimento, e de forma muito determinada, na melhoria do nível de satisfação dos clientes, através do alcance de "excelência" em 4 principais eixos (Comercial, Sistema de Informação, Modernização das Instalações e Recursos Humanos). Neste sentido, ações foram desenvolvidas ao longo do ano de 2015 com o propósito de contribuírem para uma melhoria contínua em busca de excelência como meta.

- **Excelência na área Comercial:** Em busca de melhorias contínuas na área comercial, visando o alcance desejado do nível de excelência, foi criada na Direção de Particulares (DPA), que acompanha os clientes afluentes e pequenos negócios, a figura de gestor, permitindo um melhor conhecimento dos clientes particulares e uma melhor segmentação dos mesmos, com o propósito de distinguir as diferentes necessidades manifestadas pelos distintos segmentos nessa mesma categoria de clientes, para consequentemente estar em condições de apresentar soluções financeiras mais globais e ajustadas aos distintos segmentos. Esta figura de gestor permitirá ao banco não só acompanhar e melhorar o seu relacionamento com muitos clientes particulares e pequenas empresas que até agora estavam no anonimato, mas também tornar-se mais eficiente na oferta de produtos e serviços num mercado em constante mutação e cada vez mais exigente.
- **Modernização das Instalações:** A inauguração da Filial e uma Mediateca do BISTP na Ilha do Príncipe ocorrida no dia 21 de Dezembro de 2015 foi um acontecimento de grande relevância e simbolismo não só relativo ao processo de modernização e expansão das instalações, mas também e principalmente pela elevação da Agência a categoria de Filial. As inúmeras mutações económicas que estão ocorrendo nesta ilha, as previsões otimistas e projetos futuros que visam a transformação da ilha assente no turismo sustentável, justificarão o investimento realizado pelo banco assim como a elevação de categoria. Atualmente, além de umas instalações com um layout totalmente renovado e moderno, com melhores condições para favorecer excelentes

condições de acolhimento ao cliente, os habitantes da Ilha poderão usar a Mediateca e o seu auditório para realizar diversas atividades de interesse público.

- Recursos Humanos: A conservação de uma equipa motivada, dinâmica, versátil, homogeneia (dentro de uma heterogeneidade cada vez maior), capaz de adaptar-se rapidamente às mutações do mercado e as orientações estratégicas, continua sendo o grande desafio para o GRH. Para o alcance de uma equipa de profissionais de excelência e totalmente comprometidos com os objetivos estratégicos do banco, o GRH tem vindo a melhorar de forma contínua os seus processos a vários níveis. No recrutamento, procura identificar candidatos recém-formados com grande potencial de desenvolvimento, no plano de formação contínua, procura dotar os colaboradores de conhecimentos mais atuais e específicos visando a melhoria do seu desempenho no cumprimento das suas atividades, no processo de gestão de carreira, procura o alcance da realização pessoal do colaborador no seio da organização, com a avaliação do desempenho procura medir, orientar, estimular e alinhar as ações do colaborador com os objetivos do banco.
- Informática: No que concerne aos Sistemas de Informação, em 2015, o Gabinete de Sistemas de Informação (GSI) focou-se no acompanhamento e melhoria de alguns pontos essenciais da tecnologia 3G no sistema BANKA. Esta implementação visa trazer algumas melhorias e mudanças no processamento das operações. Este gabinete debruçou-se também, ao longo do ano de 2015, sobre os seguintes projetos:
 - Upgrade do portal FS: esta atualização veio trazer várias vantagens a nível de atendimento e para os colaboradores que trabalham na caixa;
 - Gestão de Linhas de Crédito: com o desenvolvimento e implementação deste projeto será possível fazer a gestão automatizada e integrada de uma linha de crédito, reduzindo os riscos operacionais resultantes do

elevado número de operações manuais que eram executadas, devido à falta de parametrização da aplicação BANKA face às especificidades das diversas linhas de crédito, com especial enfoque nas linhas do Governo;

- Implementação do servidor Kaspersky antivírus, como forma de controlo do antivírus centralizado;
- Implementação do Wsus, que permitiu a centralização e atualizações do sistema de forma uniforme e eficiente;
- Virtualização de 85% dos servidores e implementação de backup centralizado.

A convicção que a perfeita sinergia criada entre a geração de confiança e a satisfação do cliente é fundamental para o alcance dos objetivos de solidez, liquidez e rentibilidade, é partilhada por toda a estrutura do BISTP. Por essa razão, o banco continuará fiel aos seus valores fundamentais (rigor, prudência, transparência e profissionalismo) e a persecução de "Excelência" nas suas diversas áreas, de forma a fortalecer cada vez mais a confiança dos diferentes atores económicos na marca BISTP e a melhorar o índice de satisfação dos clientes em cada relação estabelecida com o banco.

5.2. Presença Geográfica e Canal de Distribuição

Com a maior rede de distribuição do mercado, o BISTP, primeiro banco comercial do sector bancário e líder do mercado, tem viva a ambição de aumentar sua cobertura geográfica.

Atualmente com 11 agências em S. Tomé, sendo 9 na capital - onde se concentra aproximadamente 40% da população do país e onde o essencial da atividade

econômica e administrativa é desenvolvida e 2 em 2 Distritos (uma por distrito), e 1 na filial da Região Autônoma do Príncipe. Totalizando 12 o número na rede de Agências, o que representa uma quota para o BISTP de 2/3 ao nível do mercado.

O BISTP também possui a maior rede de ATM's e POS's do mercado. Em 2015 foi reforçado o parque de ATM's com introdução de mais 5 máquinas, sendo 2 na Agência Sede, 2 na Agência do Mercado e 1 na Região Autônoma do Príncipe, elevando para 15 o total de parque de ATM's e elevando a sua quota para 60%. Importa salientar que dessas novas máquinas disponíveis, apenas a da Região Autônoma do Príncipe e 1 da Sede foram possível colocar em funcionamento ainda durante o ano de 2015, por constrangimentos de ordem técnicas da Sociedade Gestora da Rede (SPAUT).

Ao nível de POS's, o BISTP está renovando os seus equipamentos, substituindo os POS's com fio por POS's sem fios (GPRS), por motivos de melhoria de qualidade de comunicação e maior eficiência nas transações.

A banca faz-se com a inclusão de toda a população. Este é um lema defendido pelo BISTP no seu processo de extensão do seu canal de distribuição pelo país. Com intuito de fomentar a bancarização da economia criando condições para o favorecimento de uma maior inclusão financeira levando o serviço financeiro às populações até agora excluídas do sistema e que não usufruem das vantagens dos serviços financeiros, o BISTP tem a ambição de paulatinamente ir alargando a sua presença geográfica para os restantes Distritos pelo aumento de parque de ATM's e POS's, sendo que estes últimos vêm-se assumindo como um canal privilegiado no estabelecimento da relação imediata e direta do cliente com o Banco, mas também pelo aumento, caso justifique, de mais Agências.



6. Principais Áreas de Negócio

6.1 Banca de Retalho: Particulares

O desempenho do Banco ao longo do ano de 2015 para este segmento ficou muito condicionado às condições da economia nacional já referidas.

Com um peso de 57,4% do total da carteira de depósito de clientes e 53,7% do total de crédito a clientes, este segmento representa uma parte muito significativa do negócio do banco. Assim as variações ocorridas neste segmento tiveram um impacto visível no negócio do banco.

Não obstante o estado deprimido da economia, deu-se continuidade as ações que visam melhor conhecimento dos clientes e melhorem o nível de satisfação das nossas soluções financeiras. Neste sentido foi criada a figura de gestor para este segmento, permitindo uma segmentação e um melhor acompanhamento do potencial de negócio que possuem os clientes nesta categoria.

Visando satisfazer a procura cada vez mais crescente dos meios de pagamento automático (ATM e POS) por parte dos clientes deste segmento, o BISTP aumentou o número de máquinas ATM e tem estado a trocar os seus POS com fios pelos POS sem fio (GPRS) que têm melhor qualidade de comunicação.

A evolução do crédito e dos depósitos, além de refletir o efeito da dinâmica do banco neste ano, é também reflexo da conjuntura económica.

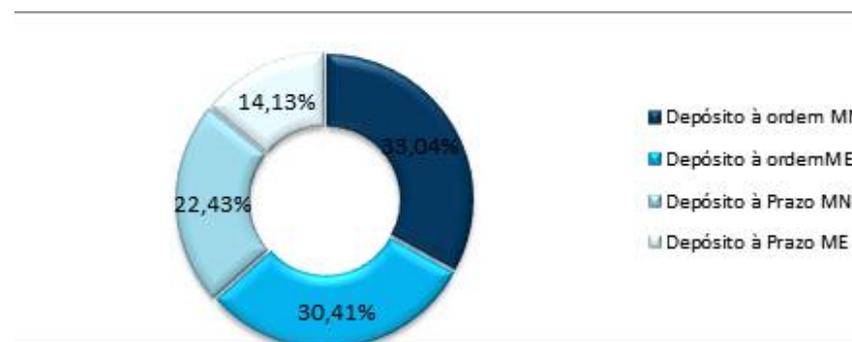
Depósitos:

A credibilidade conquistada junto do seu "stakeholders", contribuiu de forma inequívoca para contínuo aumento da carteira de depósitos de clientes, mesmo em conjunturas adversas. Contudo, nota-se que houve uma grande desaceleração dos depósitos neste segmento, visto que crescimento de 5,24% registado em 2015 foi muito menor que o crescimento registado em 2014, que foi de 21,42%.

Quanto à composição da carteira por tipo de depósito, denota-se que o depósito à ordem, que representa 63,45% dos depósitos neste segmento, cresceu 12,56% face a 2014. O depósito a prazo, registou um decréscimo moderado de -5,41%, e o seu peso passou a 36,55% contra 40,67% em 2014.

No que toca a composição do depósito por moeda, salienta-se a existência de uma maior predominância de depósitos em moeda nacional (55,46% do total dos depósitos) face ao depósito em moeda estrangeira (44,54%).

O BISTP seguirá focado na captação e fidelização de novos depósitos, fazendo todavia um acompanhamento da evolução das taxas de remuneração dos depósitos com vista a obtenção de funding com remuneração mais ajustada à capacidade de rentabilização dos mesmos no mercado.



Crédito:

A fraca dinamização da economia nos últimos anos tem condicionado uma política de expansão da carteira de crédito e originado um recrudescimento de risco de deterioração da carteira.

A evolução da carteira de crédito neste segmento em 2015 conheceu uma contração na ordem de -4,91% face ao ano anterior, e em 2014 quada foi de -6,58%.

A conjuntura económica de 2015 continuou a obrigar o banco a manter elevado o seu nível de prudência relativamente à política de concessão de crédito e o reforço de ações visando a recuperação.

| Crédito a Particulares | | | |
|--------------------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------|
| | 2015 | 2014 | Variação % |
| Crédito à Habitação | 237.596.893.203,18 | 225.409.385.138,40 | 5,41% |
| Crédito ao Consumo | 50.610.625.571,80 | 47.606.950.977,08 | 6,31% |
| Crédito Automóvel | 6.667.419.893,28 | 10.456.942.626,97 | -36,24% |
| Outros Créditos (Outros Fins) | 94.865.639.283,19 | 127.170.956.284,25 | -25,40% |
| Créditos em cobrança coerciva | 23.407.967.764,95 | 23.823.844.247,10 | -1,75% |
| Total | 413.148.545.716,40 | 434.468.079.273,80 | -4,91% |

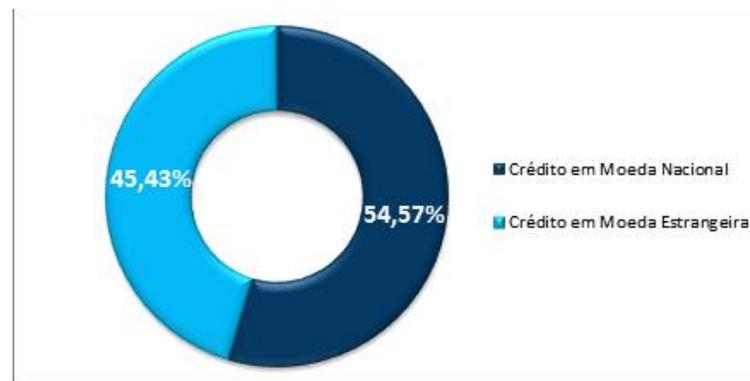
O quadro acima, mostra que em termos globais o crédito para este segmento conheceu uma queda moderada (-4,91%), consequência não só de uma política mais prudencial e criteriosa na matéria de concessão, como também pela redução na procura do financiamento bancário para certos tipos de produtos.

O crédito à habitação, para fins de construção e remodelação, conheceu uma subida de 5,41%. A apresentação do produto "Crédito Habitação" mais ajustado em termos de montantes, pricing e prazo às necessidades dos clientes explica o aumento

verificado neste produto. Importa salientar que o BISTP é o único banco do mercado a oferecer esse tipo de produto, cuja procura tem vindo a aumentar e em particular por parte de jovens. O crédito ao consumo, sendo o crédito mais procurado pelos clientes, conheceu uma subida, 6,31%, impulsionada por uma redução na taxa de juro aplicada a este produto, tornando-o mais competitivo face a concorrência. O crédito automóvel, conheceu uma importante redução (-36,24%), resultante de uma clara baixa na procura deste produto.

Apesar das ações realizadas na recuperação dos créditos em incumprimento, a deterioração da situação financeira das famílias e pequenos negócios, resultante de uma conjuntura económica difícil, associada à dificuldade de resolução em tempo útil dos processos de crédito mal parado que se encontram ao nível dos tribunais, não foi possível reduzir de forma significativa o crédito nesta situação.

Relativamente à evolução de crédito por moeda, a estratégia foi provocar uma queda na moeda estrangeira e uma subida do crédito na moeda nacional. O crédito na moeda nacional, conheceu uma subida de 7,51%, elevando o peso de crédito em MN para 54,57% do total de crédito deste segmento. O crédito em moeda estrangeira teve uma queda na ordem de -16,49% e o seu peso passou para 45,43% contra 51,73% em 2014.



Quanto à qualidade da carteira nesse segmento, é perceptível que o ambiente macroeconómico adverso que tem caracterizado a economia nacional nos últimos tempos tem tido repercussões inevitáveis nos níveis da deterioração da qualidade da carteira, apesar do reforço das ações de acompanhamento e recuperações desencadeadas.

A análise da evolução da qualidade do crédito permite destacar os seguintes aspetos mais relevantes:

(i) Redução ligeira da cobertura do crédito total (vencido e corrente) pela provisão, neste segmento, situando-se em 20,91% (Dezembro 2014: 21,06%), justificado pela ligeira redução do crédito vencido neste segmento;

(ii) O crédito vencido há mais de 90 dias fixou-se em STD 56.603 mio, contra STD 57.720 mio em 2014, ou seja um ligeira redução de -1,94%, e a cobertura de provisão total situou-se em 153% contra 159% em 2014;

Esta política de provisionamento, pautada por critérios de rigor e prudência, permitiu que no final de 2015 os rácios de cobertura de crédito por provisões se situassem em níveis bastante confortáveis em todos os segmentos da carteira de crédito do BISTP.

6.2. Banca Corporativa: Empresas e Instituições

Este segmento tem grande importância para o BISTP, principalmente do ponto de vista estratégico, pois existe um forte potencial para o seu crescimento, diversificação e geração de boas oportunidades de negócio no futuro. Dando sequência à orientação estratégica de crescimento da quota de mercado do BISTP e afirmação da sua liderança no segmento de empresas, procurou-se consolidar o modelo de serviço personalizado, assegurado pelos gestores, que tentam estabelecer, através de uma abordagem integrada das necessidades empresariais e particulares dos seus clientes, uma relação positiva e duradoura entre o banco e o cliente.

Embora o seu peso no negócio do banco seja inferior à banca de retalho, denota-se porém que o seu peso tem vindo a crescer. O segmento Empresas tinha um peso respetivamente de 45,20% e 39,89% do total da carteira de crédito e de depósito em 2014 e passou para 47,30% e 42,45% em 2015.

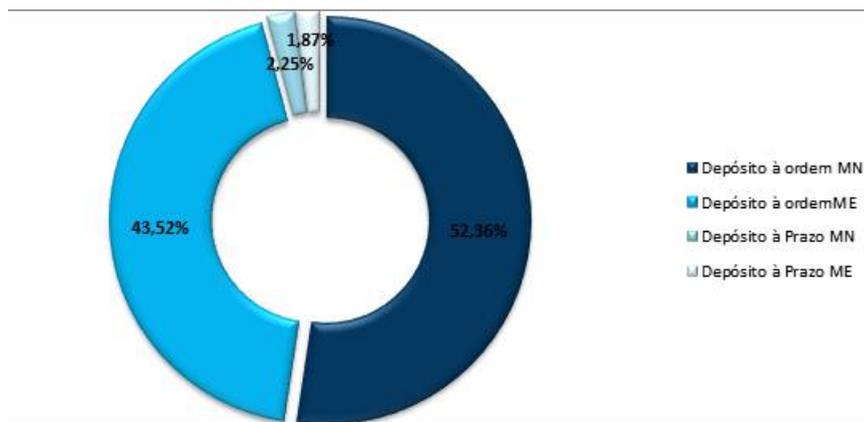
Depósitos:

O volume de depósitos para este segmento conheceu em 2015 um crescimento na ordem de 16,98%, sustentado pelo crescimento em 28% do depósito à ordem. O depósito a prazo registou pelo contrário uma queda de -61%.

O peso de depósito a prazo neste segmento passou de 12% em 2014 para 4% em 2015, e o depósito à ordem passou de 88% em 2014 para 96% em 2015.

No que se refere à composição do depósito por moeda, nota-se que o depósito em moeda nacional representa 55,46% do total dos depósitos, contra 50,16% em 2014.

Importa frisar, que embora o BISTP tenha reduzido a sua taxa de remuneração das passivas, ainda assim, o volume dos depósitos registou um aumento.



Crédito:

Apesar da fraca dinamização da economia neste ano, o Banco ainda assim conseguiu ver crescer a sua carteira neste segmento em 3,48%. Esta evolução vem evidenciar que o BISTP tem dado uma atenção particular a este segmento, procurando soluções de financiamento mais adequadas ao contexto económico de um modo geral e à situação de cada empresa, suscetível de permitir que estas últimas, mesmo numa conjuntura marcada por muitas adversidades, desenvolvam suas atividades e dinamizem a economia. É nesta ordem de ideias que o BISTP continua buscando soluções de financiamento que agregam valor ao negócio do cliente. Foi neste sentido que o BISTP e o IFC (International Finance Corporation), membro do grupo Banco Mundial, assinaram um acordo de partilha de risco em 50% sobre uma linha de crédito destinada a investimentos nas PME's que o BISTP lançou no terceiro trimestre de 2015. Esta linha, no valor equivalente a 3 milhões dólares, visa permitir às PME's investirem na sua modernização, expansão e inovação, tornando-as mais modernas e mais competitivas em termos de qualidade na oferta dos seus produtos e serviços ao nível interno como externo.

| Crédito a Empresas | | | |
|-------------------------------|---------------------------|---------------------------|--------------|
| | 2015 | 2014 | Variação % |
| Crédito ao comércio | 7.095.740.268,57 | 22.778.486.312,06 | -68,85% |
| Crédito automóvel | 4.039.498.652,11 | 5.378.529.690,20 | -24,90% |
| Crédito Investimento | 127.104.854.571,10 | 136.208.894.730,34 | -6,68% |
| Outros Créditos (Outros Fins) | 183.736.724.672,76 | 150.760.968.290,30 | 21,87% |
| Crédito em cobrança coerciva | 48.858.603.757,58 | 43.248.681.130,75 | 12,97% |
| Total | 370.835.421.922,11 | 358.375.560.153,65 | 3,48% |

O crédito destinado ao comércio registou queda importante resultante do abrandamento da atividade económica. De uma forma global, os créditos concedidos a algumas Instituições Públicas e Privadas, visando melhorias das suas instalações e para outras finalidades, estiveram na base do crescimento da carteira neste segmento.

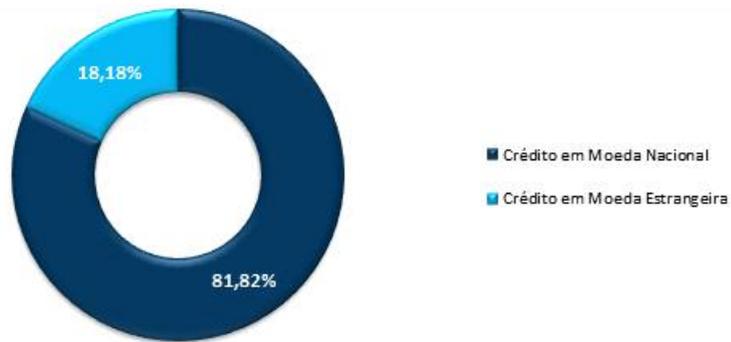
O aumento de créditos em cobrança coerciva é uma clara consequência deste contexto económico marcado pelo baixo nível de investimentos públicos, pelas dificuldades sentidas pelo Estado nos pagamentos das suas dívidas junto as empresas e também pela deterioração da situação financeira das empresas. Além desta condicionante económica, a ineficiência dos tribunais em julgar os processos dos créditos litigiosos, também contribui sobremaneira para o aumento de créditos nesta situação.

Quanto à qualidade da carteira, salienta-se que os esforços investidos num melhor acompanhamento e recuperação dos créditos não permitiram uma redução desejada do crédito vencido há mais de 90 dias neste segmento que fixou-se em STD 96.598 mio em 2014. Para o ano de 2015 a provisão total constituída cobria o crédito vencido há mais de 90 dias em 117%, contra 152% em 2014.

No tocante à composição de crédito por moeda, nota-se que em 2015, o crédito em moeda nacional cresceu em 36,38% face ao ano de 2014, ao passo que o crédito em

moeda estrangeira caiu em -50,68%. Dado o forte crescimento do crédito em moeda nacional, o seu peso sobre o total de crédito neste segmento passou para 81,82% contra 61,85% em 2014.

Esta clara ascendência na concessão de crédito em moeda nacional resulta da vontade do BISTP em fortalecer a confiança dos agentes económicos na moeda nacional, mas também para reduzir a exposição do banco às flutuações das taxas indexantes (Euribor e Libor).





7. Recursos Humanos

O BISTP em 2015, ao nível dos RH, optou por uma estratégia de manutenção das políticas dos últimos anos, onde foram efetuados ajustamentos face ao contexto e aos novos desafios.

Sendo assim, o reforço de apoio às áreas negócio, o reconhecimento do mérito, gestão do potencial, desenvolvimento das competências e melhoria das condições pessoal e profissional dos colaboradores constituíram os eixos estratégicos.

Relativamente a ajustamentos no processo de capacitação e mudanças, importa sublinhar o início de ações com vista aos seguintes:

- alteração de atitudes para impulsionar o desempenho;
- aperfeiçoamento dos conhecimentos dos líderes (A Liderança através do Coaching, a Confiança e a Disciplina como pilares de Liderança);
- intervenção que impulsiona o fomento da Cultura de Cliente BISTP;
- atitudes que impulsionam a necessidade e o entusiasmo de mudança;
- cultura de confiança (Gerir e Comunicar através de Confiança), com objetivo de fortalecimento de relações de confiança interna e com os clientes;
- intervenção que impulsiona a valorização do papel que representa a Marca BISTP, ou seja a Cultura da Marca BISTP como fator de distinção.

7.1. Distribuição por Vínculo Jurídico

Em 2015, o quadro de pessoal do BISTP estava composto por 168 colaboradores, dos quais 3 em comissão de serviço, 7 em regime de contrato a termo, 7 em regime de prestação de serviço e 151 com vínculo efetivo.

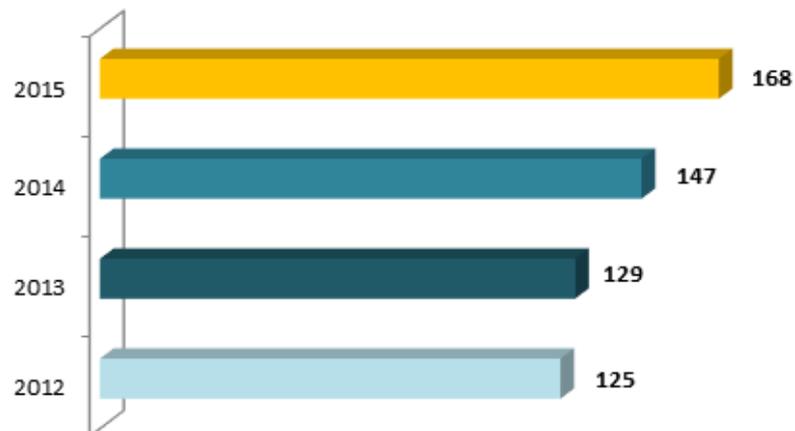
Gráfico 1

VINCULO JURÍDICO DO EFECTIVO 2015



Gráfico 2

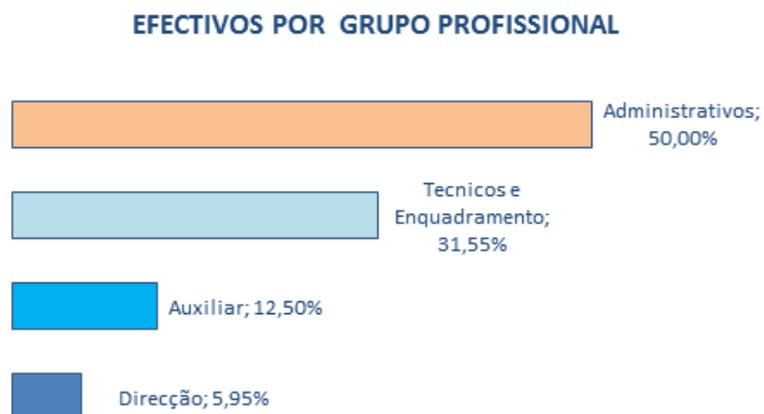
EVOLUÇÃO DOS EFETIVOS NOS ÚLTIMOS 4 ANOS



7.2. Distribuição Funcional

De acordo com o novo Plano de Carreiras, os administrativos continuam a ser o grupo profissional com maior número de empregados (84), e representavam 50% do total dos efetivos. As admissões dos jovens licenciados como estratégia adotada no processo de recrutamento, permitiram o reforço de quadro dos técnicos que conjuntamente com os empregados com funções de enquadramento, representavam cerca de 31,55% dos efetivos. O grupo profissional menos representado continuava a ser o da direção, com 10 elementos, representando cerca de 5,95% do total do efetivos.

Gráfico 3



7.3. Distribuição segundo género

Na distribuição por género, mantém-se a tendência para o aumento de número das mulheres (89 empregados do sexo feminino e 79 masculino). Desta distribuição compreende-se facilmente que se regista um ligeiro aumento da taxa de feminização (52.98%).

Gráfico 4

COLABORADORES SEGUNDO GÉNERO



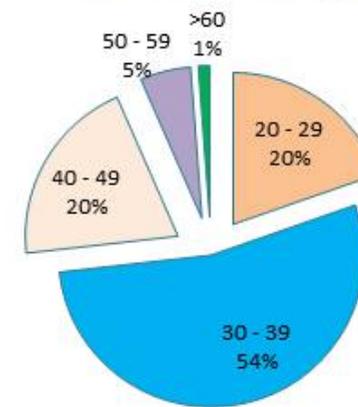
Como se pode verificar no gráfico 5, existe uma notória diferença de género, no grupo dos administrativos.

Gráfico 5



Gráfico 6

EFFECTIVOS POR ESCALAÇÃO ETÁRIO



7.4 Distribuição por escalão etário

O escalão etário com maior número de empregados é o de 30 a 39 anos, situação análoga ao período homólogo, em 2015 representavam 54% dos efetivos do BISTP.

7.5. Distribuição por antiguidade

No BISTP, a antiguidade de 42,86% dos colaboradores situa-se entre os "5 a 9 anos".

Gráfico 7

ESTRUTURA DE ANTIGUIDADE

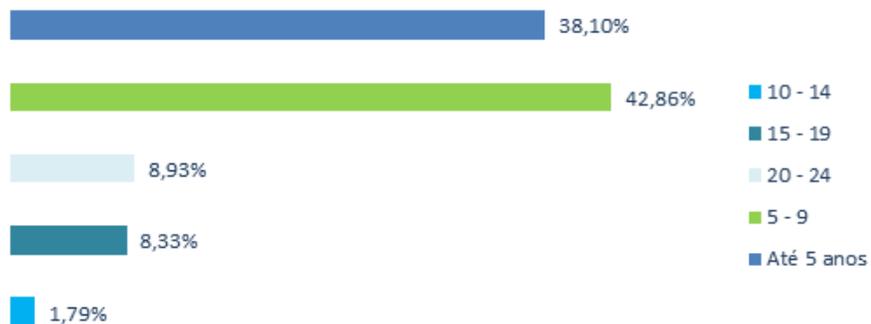


Gráfico 8

Habilitação Literária Grupo I (Grupo dos Profissionais com funções Bancárias) - 2015

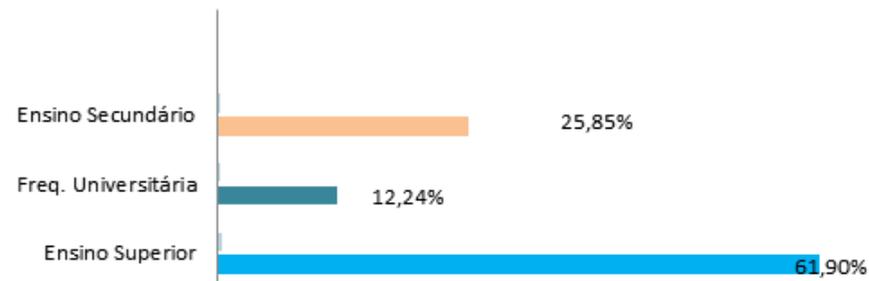
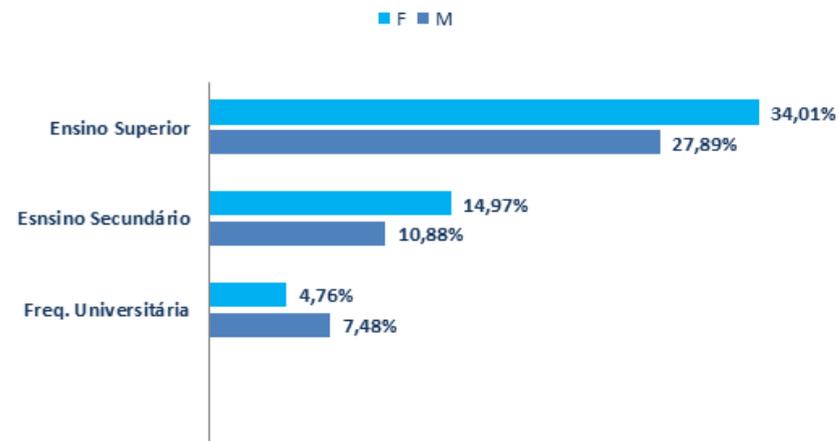


Gráfico 9

DISTRIBUIÇÃO POR HABILITAÇÃO LITERÁRIA POR GÉNERO



7.6. Distribuição segundo o nível de escolaridade

A forte aposta do BISTP na contratação de jovens licenciados nos últimos anos, permitiu o aumento do índice de habilitação dos empregados. Assim, em 2015 o número de colaboradores com habilitação ao nível do Ensino Superior atingiu 61,90% do efetivo total do Banco (profissionais com funções bancárias).



8. Responsabilidade Social

A Responsabilidade Social é uma área de grande interesse para o BISTP. De todo o apoio concedido pelo BISTP, na sua maioria, abrange as organizações não-governamentais que têm o nobre objetivo de apoiar a reinserção social das crianças e jovens em situação de risco e, também ao combate a exclusão social dos mesmos. Tendo isso em conta, o BISTP em 2015 deu continuidade a sua parceria com a Fundação de Lares e Família para Crianças e Jovens - Novo Futuro e a Fundação da Criança e da Juventude. O BISTP tem apoiado mensalmente a tais fundações com um donativo financeiro, com o objetivo apoiar-las a desenvolver ações de acompanhamento as crianças e jovens carenciados e em situação de risco, na compra de materiais escolares. O apoio concedido visa também o desenvolvimento de ações de carácter lúdico, pedagógico, cultural e cívico com os jovens e menores carenciados e em situação de risco.

No ano de 2015, no campo da responsabilidade social, pelo segundo ano consecutivo, o BISTP deu o seu contributo para a Associação dos Cegos e Amblíopes de S. Tomé e Príncipe, Associação dos Deficientes de S. Tomé e Príncipe, com o objetivo de apoiar-las a estar mais capacitadas a responder as necessidades dos deficientes e dos cegos.

Educação

Uma sociedade organizada tem como pilar fundamental a educação. Ciente disto, o BISTP apoiou financeiramente algumas ações ligadas a educação em S. Tomé e Príncipe. Entre os patrocínios a educação concedidos em 2015, destacam-se o patrocínio a Universidade Lusíada, que teve como objetivo, promover e incentivar o esforço académico, premiando os melhores alunos graduados, e o patrocínio ao Instituto Diocesano de Formação João Paulo II, através do prémio atribuído ao melhor aluno finalista deste instituto.

No âmbito da educação, o BISTP patrocinou o projeto "Ler poesia é ler mais" desenvolvido pela UNEAS (União Nacional dos Escritores e Artistas Santomenses),

com o objetivo de inculcar o gosto pela leitura nas escolas de S. Tomé.

Desporto

Entre os patrocínios concedidos pelo BISTP em 2015 para o desporto, destacam-se os patrocínios a:

- Federação Santomense de Canoagem e Surf - patrocínio para a participação da FSTS no Campeonato de Canoagem, que terá em Milão - Itália.

- Federação Santomense de Ciclismo - patrocínio para a realização da prova anual de ciclismo "A Volta ao Cacau".

- Escola de Futebol de S. Tomé e Príncipe - patrocínio para a participação das equipas juvenis de S. Tomé nos jogos de treino em Portugal.

Cultura

Na vertente cultural, o Banco Internacional de S. Tomé e Príncipe deu continuidade a promoção e edição de livros de autores santomenses. Em 2015, o BISTP patrocinou os seguintes autores santomenses:

- Francisco Costa Alegre – patrocínio para edição do seu livro intitulado “Omnia Aperit – Mês de Abril e das Grandes Celebrações”

- Jerónimo Salvatera – patrocínio para edição do seu livro intitulado “Flóli Canido Crónicas Desalinhasadas”

- Alice Goretti Pina – patrocínio para publicação do seu mais recente livro de poesia intitulado “A Respiração dos Dias”

- Conceição Deus Lima - patrocínio para reedição do seu livro intitulado " A dolorosa Raiz de Micondó»

- Joaquim Rafael Branco - patrocínio para edição do seu mais recente livro intitulado "Levelengué - As Gravanoas de Gabriela»

Ainda no âmbito da cultura, destaca-se o patrocínio do BISTP para a promoção do mês da cultura na Ilha do Príncipe, concedido a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais da Região Autónoma do Príncipe.

De realçar também a realização de uma exposição permanente do BISTP na Ilha do Príncipe, sobre a evolução da atividade bancária em São Tomé e Príncipe, desde o BNU até aos dias de hoje.

Esta exposição que foi aberta ao público no dia da inauguração da Filial do BISTP na Ilha do Príncipe, foi realizada graças ao apoio do Gabinete de Património Histórico da Caixa Geral de Depósitos.

Outros apoios importantes atribuídos em 2015

- Patrocínio a ONG Nova Vida para a exposição de fotos e frases de reflexão, em alusão ao dia internacional de Nelson Mandela, 18 de Julho.

- Patrocínio ao Núcleo Solidário de S. Tomé e Príncipe, para a premiação dos melhores alunos do 9º das escolas secundárias de S. Tomé e Príncipe.

- Patrocínio a Direção Geral de Turismo e Hotelaria, para a participação de S. Tomé e Príncipe na Feira Internacional de Turismo em Londres.



9. Análise Financeira

9.1. Componentes do Balanço

Nos últimos anos o baixo nível de atividade económica resultante do fraco investimento público, consequência de recursos financeiros externos de ajuda ao desenvolvimento cada vez mais escassos, tem condicionado a dinamização da economia pela escassez de novas oportunidades de negócio e pelo incremento do risco de liquidez dos agentes económicos. O ano de 2015 não foi diferente. A dificuldade de contratação de novas operações de crédito e o incremento do risco de incumprimento dos clientes fizeram com que o ano de 2015 fosse de igual modo um ano difícil e muito conturbado para o sector bancário.

Apesar do contexto marcante de baixo nível de atividade económica sentida no país em 2015, o BISTP, revelou uma vez mais a sua capacidade de resiliência face à forte concorrência, escassez de negócio e recrudescimento do risco de deterioração da carteira de crédito, aproveitando as escassas oportunidades para crescer e gerar valor para os seus "stakeholders".

Assim, em 2015, o BISTP registou um aumento dos ativos totais em 8,91% e o crescimento dos recursos de clientes em 9,78%.

O volume de crédito sobre clientes registou uma contração ligeira de 1,10%, o que em termos absolutos representa uma queda de STD 8.778 mio, quando comparado com o ano de 2014, apesar da redução em termos médios das taxas de juros em 10,79%, visando fomentar uma maior procura de crédito. A contração do volume de crédito reflete por um lado a fraca procura de financiamento bancário por parte dos agentes económicos e, por outro, uma política creditícia mais conservadora e mais criteriosa adotada pelo BISTP visando um melhor ajustamento à conjuntura adversa dos últimos anos que impõem uma prudência acrescida no processo de concessão e acompanhamento de crédito.

Relativamente à qualidade da carteira, salienta-se que, apesar dos esforços imprimi-

dos ao nível da recuperação, a deterioração da carteira foi inevitável atendendo à queda significativa do negócio das empresas e atrasos no pagamento do Estado, em particular às empresas. O crédito vencido há mais de 90 dias cresceu 43,32%, sendo que a deterioração do crédito às empresas foi a responsável por este crescimento. O peso do crédito vencido há mais 90 dias sobre o total da carteira de crédito fixou-se em torno de 19,5% contra 13,47% em 2014.

O rácio de cobertura do total de crédito vencido há mais de 90 dias fixou-se em 130% em 2015, contra 177% em 2014, o que apesar da redução mostra que estes créditos estão suficientemente cobertos pela provisão. O Banco continua sendo muito rigoroso na sua política de provisão.

O incremento de 67,46% verificado na rubrica "Aplicações em Instituições de Crédito" deve-se a um certo aumento do fluxo de entrada de dólares americanos registado ao longo do ano, resultando numa maior disponibilidade de dólares para constituição de depósitos a prazo (as aplicações no produto depósito a prazo, em dólares americanos, cresceram na ordem de 87,5%). Este aumento de entrada de divisas deve-se às remessas feitas, principalmente pelos clientes empresas e instituições que estão a realizar projetos de investimentos ou de ajuda ao desenvolvimento.

As reservas no Banco Central conheceram um crescimento na ordem de 13,71%, face ao ano de 2014. Esta evolução das reservas explica-se pelo crescimento de depósitos de clientes, pela contração da carteira de crédito, e também pelas limitações de acesso à cobertura cambial imposta pelo BCSTP. Importa salientar que do total dos depósitos mantidos no BCSTP, cerca de 54% são excedente de reservas.

No que toca à atividade de captação de recursos, importa salientar que, apesar da contínua intensificação da concorrência interbancária na área de captação de recursos, e da revisão em baixa das nossas taxas de remuneração dos passivos, o depósito de clientes manteve a sua sólida tendência de crescimento, com um crescimento 9,78% face ao ano de 2014. Essa performance na captação de recursos, não obstante as medidas de redução das taxas passivas, explica-se pela imagem de

solidez, rigor e confiança que o banco consegue passar aos seus clientes. Esta evolução é também o resultado da maior proximidade que o Banco vem estabelecendo ao longo dos anos com os seus cliente, através das suas redes de Agências, ATM e POS, que têm funcionado como sendo um fator potenciador de fidelização.

O contínuo crescimento da carteira de depósitos contrastado com a queda da carteira de crédito traduziu na redução do rácio de transformação, que passou para 33,45% em 2015 contra 40,12% em 2014.

9.2. Componentes da Demonstração de Resultados

Como consequência da queda da carteira de crédito, associada à redução das taxas de juros de crédito a clientes, os juros cobrados sobre os créditos concedidos também registaram uma queda na ordem de 17,90%. Com a redução do volume de crédito, as comissões associadas tiveram o comportamento idêntico, daí explica-se a queda de "Outros Juros e Proveitos Equiparados" em 17,84% face a 2014.

Os juros pagos sobre os depósitos a prazo dos clientes conheceram uma queda de 9,8%, apesar da média mantida dos depósitos a prazo ao longo do ano de 2015 ter sido superior em 3,96% face a 2014. Essa redução dos juros resulta de uma gestão prudencial da taxa passiva, através de revisão em baixa dessas taxas de forma a ajustá-las com a evolução da atividade.

Apesar da redução dos "JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS", a simultânea redução verificada nos "JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS" levou à queda da margem financeira em 18,78%.

As comissões líquidas conheceram um crescimento de 15,26%, fruto da redução de preçários especiais, em particular relativamente a transferências internacionais, e da

atualização do preçário. Os proveitos líquidos das operações cambiais registaram também um crescimento, consequência de ganhos cambiais resultante da posição longa mantida nos dólares americanos, enquanto esta mesma divisa foi apreciando-se ao longo de 2015. O crescimento registado nas comissões líquidas, nos proveitos cambiais líquidos e em outros proveitos de exploração, permitiu uma evolução positiva da margem complementar em 23,43% face a 2014.

Apesar do bom nível de crescimento da Margem Complementar, o Produto Global de Atividade, registou uma queda na ordem de 2,92%, consequência da contração da Margem Financeira.

O Custo Operativo registou um crescimento moderado na ordem de 6,05%, devendo-se por um lado, ao aumento de despesas com pessoal em 9,86%, justificado pelo aumento de contratações de novos colaboradores, para dar resposta à fase de expansão de agências para diferentes pontos do país e para o reforço de algumas áreas do banco, e por outro, ao crescimento moderado da rubrica "Fornecimentos e Serviços de Terceiros" em 2,05%.

O resultado líquido embora positivo, registou uma queda face ao ano de 2014. Apesar do bom crescimento da margem complementar e do crescimento do custo de estrutura, a redução importante da margem financeira foi determinante na contração do resultado líquido em 19,85% face a 2014.

A tropical beach scene with several palm trees leaning over a sandy shore. The ocean is visible in the background under a clear blue sky. A white rounded rectangle is overlaid on the bottom right of the image, containing the text.

10. Proposta de Aplicação e Distribuição de Resultados

O Conselho de Administração propõe, tendo em conta as disposições legais e estatutárias, que o resultado líquido de STD 25.576.707.574,67 (Vinte e cinco mil, quinhentos e setenta e seis milhões, setecentos e sete mil, quinhentos e setenta e quatro dobras e sessenta e sete cêntimos), referente ao exercício de 2015, tenha a seguinte aplicação:

| | | |
|-------------------|------|-------------------|
| Reservas Legais | 10% | 2.557.670.757,47 |
| Reservas Livres | 30% | 7.673.012.272,40 |
| Acionistas | 60% | 15.346.024.544,80 |
| Resultado Líquido | 100% | 25.576.707.574,67 |



11. Demonstrações Financeiras

11.1. Balanço

| | 2015 | 2014 | Δ % |
|--------------------------------------|-----------------------------|-----------------------------|----------------|
| Activo Remunerado | 1.957.226.988.801,36 | 1.725.981.331.219,40 | 13,40% |
| Depósitos à Ordem no Banco Central | 674.710.230.916,17 | 593.384.178.195,12 | 13,71% |
| Aplicações em Inst. de Crédito | 435.379.838.366,05 | 259.990.662.633,91 | 67,46% |
| No País | | | |
| No estrangeiro | 435.379.838.366,05 | 259.990.662.633,91 | 67,46% |
| Créditos sobre Clientes | 788.600.889.298,14 | 797.379.468.222,87 | -1,10% |
| Normal (Interno e ao Externo) | 630.093.136.440,87 | 685.466.109.327,86 | -8,08% |
| Crédito e Juros vencidos | 153.890.831.197,63 | 107.377.530.099,58 | 43,32% |
| Juros a receber de crédito concedido | 6.422.883.659,64 | 6.072.494.795,43 | 5,77% |
| Receitas diferidas | 1.805.962.000,00 | 1.536.666.000,00 | 17,62% |
| Aplicações em Títulos | 58.536.030.221,00 | 75.227.022.167,50 | -22,19% |
| Dívida Pública | | | |
| Outros emissores | 58.536.030.221,00 | 75.227.022.167,50 | -22,19% |
| Devedores e Outras Aplicações | | | |
| Activo Remunerado Bruto | 1.957.226.988.801,36 | 1.725.981.331.219,40 | 13,40% |
| Provisões | 200.126.527.131,77 | 189.738.638.949,58 | 5,47% |
| Activo Remunerado Líquido | 1.757.100.461.669,59 | 1.536.242.692.269,82 | 14,38% |
| Activo Não Remunerado | | | |
| Imobilizado Corp. e Incorpóreo | 402.248.486.319,00 | 314.951.388.421,00 | 27,72% |
| Amortiz. Acumuladas | 113.463.745.983,00 | 91.044.936.905,00 | 24,62% |
| Disponibilidades | 192.069.239.273,37 | 297.752.008.367,99 | 35,49% |
| Contas Regularização | 4.994.720.000,00 | 3.290.330.639,17 | 51,80% |
| Outros Activos | 67.837.827.00,00 | 60.480.514.230,81 | 12,16% |
| Activo Líquido | 2.310.786.988.278,96 | 2.121.671.997.023,79 | 8,91% |

| | 2015 | 2014 | Δ % |
|--------------------------------------|-----------------------------|-----------------------------|---------------|
| RECURSOS | | | |
| Resources Alheios Remunerados | 1.951.963.118.669,19 | 1.770.504.635.151,52 | 10,25% |
| Débitos para com Inst. Crédito | | | |
| Depósitos | | | |
| Depósitos de Clientes | 1.909.711.594.468,42 | 1.739.644.219.566,29 | 9,78% |
| DO | 1.472.563.819.344,79 | 1.224.386.573.729,11 | 20,27% |
| DP | 437.147.775.123,63 | 515.257.645.774,18 | -15,16% |
| Credores e Outros Recursos | 42.251.524.200,77 | 30.860.415.585,23 | 36,91% |
| Recursos não Remunerados | 53.056.457.962,71 | 51.829.389.771,63 | 2,37% |
| Outras Exigibilidades | 3.241.543.235,98 | 2.250.707.659,31 | 44,02% |
| Passivos Subordinados | | | |
| Provisões | 21.727.941.249,73 | 21.510.168.112,32 | 1,01% |
| Contas de Regulação | 28.086.973.432,00 | 28.068.514.000,00 | 0,07% |
| Passivo | 2.005.019.576.631,90 | 1.822.334.024.923,15 | 10,02% |
| Capital | 150.000.000.000,00 | 150.000.000.000,00 | 0,00% |
| Reservas + Resultado transitado | 130.190.704.072,39 | 117.425.858.720,23 | 10,87% |
| Resultado Exercício | 25.576.707.574,67 | 31.912.113.380,41 | -19,85% |
| CAPITAIS PRÓPRIOS | 305.767.411.647,06 | 299.337.972.100,64 | 2,15% |
| Passivo e Capitais Próprios | 2.310.786.988.278,96 | 2.121.671.997.023,79 | 8,91% |

11.2. Demonstrações de Resultados

| | 2015 | 2014 | △ % |
|--------------------------------------|-----------------------------|---------------------------|----------------|
| Juros e Proveitos Equiparados | 118.481.155.280,15 | 143.434.665.562,14 | -17,40% |
| De Disponibilidades | | | |
| De Aplicações em Inst. de Crédito | 2.798.566.565,30 | 2.481.907.827,49 | 12,76% |
| De Crédito Interno e ao Exterior | 106.680.730.217,70 | 129.944.891.912,48 | -17,90% |
| De Títulos Negociação e Investimento | 1.528.585.883,86 | 1.912.244.632,60 | -20,06% |
| De Crédito e Juros vencidos | | | |
| DE Juros e Swap | | | |
| Outros Juros e Proveitos Equiparados | 7.473.272.613,29 | 9.095.621.189,57 | -17,84% |
| Juros e Custos Equiparados | 19.995.903.982,60 | 22.172.997.027,26 | -9,82% |
| De Recursos de Inst. de Crédito | | | |
| De Depósitos | 19.995.903.982,60 | 22.172.997.027,26 | -18,78% |
| De Obrigações | | | |
| De outros recursos | | | |
| Fundo de Garantia dos Depósitos | | | |
| De Juros de Swap | | | |
| Outros Juros e Custos Equiparados | 0,00 | 0,00 | |
| Margem Financeira | 98.485.251.297,55 | 121.261.668.534,88 | -18,78% |
| Outros Proveitos | 2.019.613.356.083,29 | 801.020.488.522,60 | 152,13% |
| Rendimentos de Títulos | | | |
| Comissões Recebidas | 75.649.924.212,68 | 65.636.325.056,73 | 15,26% |
| Lucros em Operações Financeiras | 1.925.789.034.568,37 | 718.756.777.863,21 | 167,93% |
| Outros Proveitos de Exploração | 18.174.397.302,24 | 16.627.385.602,66 | 9,30% |

| | 2015 | 2014 | △ % |
|-------------------------------------|-----------------------------|---------------------------|----------------|
| Outros Custos | 1.929.479.885.812,59 | 727.995.576.368,22 | 165,04% |
| Comissões pagas | 4.280.295.750,18 | 3.188.667.450,64 | 34,23% |
| prejuízos em Operações inanceiras | 1.914.873.862.377,95 | 717.993.776.739,41 | 166,70% |
| Outros | 10.325.727.684,46 | 6.813.132.178,17 | 51,56% |
| Margem Complementar | 90.133.470.270,70 | 73.024.912.154,38 | 23,43% |
| Produto Bancário | 188.618.721.568,25 | 194.286.580.689,26 | -2,92% |
| Custos Operativos | 119.516.007.003,26 | 112.692.959.059,74 | 6,05% |
| Employee cost | 63.506.769.055,45 | 57.808.947.719,37 | 9,86% |
| Third party supplies and services | 56.009.237.947,81 | 54.884.011.340,37 | 2,05% |
| Cash-Flow de Exploração | 69.102.714.564,99 | 81.593.621.629,52 | -15,31% |
| Amortizações | 22.841.057.118,00 | 18.900.763.049,00 | 20,85% |
| Provisões Líquidas | 10.684.419.316,32 | 18.747.731.884,11 | -43,01% |
| Provisão constituídas | 263.960.113.920,23 | 209.091.945.763,40 | 26,24% |
| Reposições e anulações de provisões | 253.275.694.603,91 | 190.344.213.879,29 | 33,06% |
| Resultados antes de Impostos | 35.577.238.130,67 | 43.945.126.696,41 | -19,04% |
| Dotação para Imposto | 10.000.530.556,00 | 12.033.013.316,00 | -16,89% |
| Resultado Líquido | 25.576.707.574,67 | 31.912.113.380,41 | -19,85% |

A tropical beach scene with palm trees and a person in a small boat on the water. The water is a vibrant blue, and the sky is clear. The palm trees are in the foreground, framing the view. A person is seen in a small boat in the middle ground, paddling across the water.

12. Notas às Demonstrações Financeiras

1. Nota introdutória

O Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.R.L. (adiante igualmente designado por "Banco" ou "BISTP"), tem sede em São Tomé, e foi constituído por Escritura Pública de 3 de Março de 1993.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos a clientes, depósitos no Banco Central de São Tomé e Príncipe, aplicações em instituições de crédito, aquisição de títulos e outros activos, para os quais se encontra devidamente autorizado. Presta ainda outros serviços bancários, dispondo para o efeito, em 31 de Dezembro de 2015, de uma rede nacional de doze balcões, localizados na cidade de São Tomé (9), na cidade da Trindade (1), na cidade de Santana (1) e na Ilha do Príncipe (1).

2. Bases de apresentação e resumo das principais políticas contabilísticas

As Demonstrações Financeiras agora apresentadas foram preparadas no sentido de dar cumprimento à legislação em vigor.

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos mantidos pelo Banco de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para Instituições Financeiras (PCIF), nos termos da Norma de Aplicação Permanente nº 5/09, de 9 de Julho, emitida pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe. O PCIF, que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2010, representa uma aproximação às Normas Internacionais de

Relato Financeiro (NIRF), contendo um conjunto alargado de adaptações à realidade São-tomense.

Através de comunicação do Banco Central de São Tomé e Príncipe, datada de 3 de Dezembro de 2010 e cujas orientações foram prorrogadas em novas comunicações de 24 de Abril de 2015 e de 8 de Dezembro de 2015, foram autorizadas as seguintes excepções às disposições definidas no PCIF para os exercícios de 2014 e 2015, respectivamente:

- o diferimento das comissões associadas a crédito foi efectuado pelo método linear, e não pela taxa efectiva;
- os títulos em carteira foram registados ao custo de aquisição, não sendo deste modo aplicado o conceito de justo valor na sua valorização;
- as provisões para crédito concedido foram determinadas com base nas regras previstas na NAP nº 7/2007, não sendo deste modo calculada imparidade de acordo com a IAS 39;
- a apresentação de divulgações de acordo com a Norma IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgações" apenas será obrigatória após a implementação das disposições acima definidas.

Foi ainda clarificado que as NIRF não previstas no PCIF não são de aplicação obrigatória. Não obstante, o Banco Central permite que o Banco introduza as NIRF de forma plena, desde que os procedimentos adoptados sejam divulgados nas notas às contas e devidamente validados pela Supervisão Bancária.

Não obstante, o Banco Central permite que o Banco introduza as NIRF de forma plena, desde que os procedimentos adoptados sejam divulgados nas notas às contas e devidamente validados pela Supervisão Bancária.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração do BISTP aquando da sua reunião a 4 de Março de 2016 e estão

2.2. Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Especialização de exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados quando se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

b) Conversão de saldos e transacções em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2015 encontram-se expressas na moeda funcional, em Dobras de São Tomé e Príncipe, tendo os activos e passivos denominados em outras divisas sido convertidos para moeda nacional, com base no câmbio de compra indicativo publicado pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe naquelas datas, no seguimento do disposto na Norma de Aplicação Permanente nº 5/09, de 9 de Julho.

Através da entrada em vigor da Norma de Aplicação Permanente nº 17/09, de 31 de Dezembro, do Banco Central de São Tomé e Príncipe, foi fixada a paridade cambial com o Euro (EUR) a partir de 1 de Janeiro de 2010, tendo o câmbio sido fixado em 1 Euro/24,500 Dobras de São Tomé e Príncipe (STD). Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o câmbio face ao Dólar Norte-Americano (USD) era o seguinte:

| | 2015 | 2014 |
|-------|---------------|---------------|
| 1 USD | 22.423,58 STD | 20.148,03 STD |

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema "multi-currency", sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira encontram-se convertidos para STD ao câmbio de compra comunicado pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe diariamente. Por sua vez, os activos e passivos não monetários são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor à data do final de dia da transacção.

Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais registam-se na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem, na rubrica "Resultados de reavaliação cambial".

A conversão dos réditos e custos em moedas estrangeiras é efectuada numa base diária ao câmbio do final do dia.

Nos termos da Norma de Aplicação Permanente nº 11/07, de 26 de Novembro, do Banco Central de São Tomé e Príncipe, o Banco constituiu no exercício de 2008 uma provisão para a desvalorização cambial do capital social face ao Euro no período compreendido entre 1 Março e 31 de Dezembro de 2008, no valor de mSTD 361,831. O impacto da actualização do capital social face ao Euro no exercício de 2009 originou o reforço da provisão para mSTD 1,904,626 (Nota 16). Esta provisão foi transferida em 2014 para a rubrica de capital.

De acordo com a Norma de Aplicação Permanente nº 5/09, as instituições financeiras que realizaram o seu capital em moeda estrangeira estão autorizadas a constituir uma provisão para riscos cambiais, destinada à manutenção do valor do capital. Admite-se ainda que as instituições financeiras constituam uma provisão destinada à reavaliação do activo imobilizado. Estas duas provisões destinam-se exclusivamente a ser incorporadas no capital das instituições, mediante aprovação do Banco Central de São Tomé e Príncipe.

c) Provisões para riscos de crédito

Conforme definido no PCIF, as provisões para crédito devem transitoriamente corresponder ao maior de entre as provisões regulamentares e a imparidade. Tal como descrito na Nota 2.1, relativamente aos exercícios de 2015 e 2014 o Banco Central de São Tomé e Príncipe autorizou que não fosse calculada a imparidade de acordo com a IAS 39.

Neste sentido, o Banco calculou as provisões para riscos de crédito de acordo com as disposições da Norma de Aplicação Permanente nº 7/07, de 6 de Agosto, do Banco Central de São Tomé e Príncipe.

Nos termos desta Norma, o Banco classifica as operações de crédito por ordem crescente de risco, de acordo com as seguintes categorias:

- a) Normal
- b) Sob supervisão
- c) Abaixo do normal
- d) Crédito duvidoso
- e) Perda

A classificação das operações de crédito a um mesmo cliente, para efeitos de constituição de provisões, é efectuada na categoria que apresentar maior risco e é independente das garantias associadas a cada operação.

O crédito irregular é classificado nas categorias de risco em função do tempo decorrido desde a data de entrada das operações em incumprimento, sendo os níveis mínimos de provisionamento calculados de acordo com a seguinte tabela:

| Categoria | Normal | Sob Supervisão | Abaixo do Normal | Crédito Duvidoso | Perda |
|--|-------------|-----------------|------------------|-------------------|------------------|
| % de provisão | 2% | 10% | 25% | 50% | 100% |
| Tempo decorrido desde a entrada em incumprimento | até 30 dias | de 30 a 89 dias | de 90 a 180 dias | de 180 a 360 dias | mais de 360 dias |

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o Banco utilizou a percentagem de 5% para efeitos da constituição de provisões para a categoria "Normal", enquanto que, para as garantias prestadas a percentagem de provisão constituída foi de 2.5%.

Os juros vencidos, bem como os créditos em cobrança coerciva, são integralmente provisionados. Adicionalmente, foram registadas provisões específicas adicionais para algumas situações onde se estimam dificuldades mais significativas na cobrança dos créditos, incluindo créditos reestruturados.

O Conselho de Administração do Banco considera que as dotações para as provisões supra referidas são integralmente dedutíveis para efeitos de apuramento do imposto sobre o rendimento, em virtude de serem inerentes/indispensáveis para a realização dos proveitos sujeitos a imposto. Adicionalmente, a natureza das provisões registadas decorre do normativo do Banco Central de São Tomé e Príncipe, no uso da competência que lhe é atribuída pela Lei das Instituições Financeiras.

d) Bens arrematados

Os imóveis e outros bens arrematados obtidos por recuperação de créditos vencidos, são registados na rubrica "Outros activos - Aplicações por recuperação de crédito" (Nota 9), de acordo com o artigo nº8 da Norma de Aplicação Permanente nº7/07, de 6 de Agosto. O recebimento dos bens ou valores em dação de pagamento de crédito vencido será feito no máximo, pelo valor do principal do crédito ou activo a receber, acrescido de eventuais despesas incorridas com processos judiciais. Em 2015, o Banco reviu a sua política de constituição de provisões para os imóveis em dação tendo em conta as mais e menos valias históricas. Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o Banco regista provisões para estes bens de acordo com a sua antiguidade em carteira, conforme a seguinte antiguidade:

| | 2015 | 2014 |
|-----------------|------|------|
| 0 anos | 0% | 5% |
| 1 ano | 10% | 25% |
| 2 anos | 25% | 50% |
| 3 anos | 50% | 75% |
| 4 anos | 75% | 100% |
| Acima de 5 anos | 100% | 100% |

As mais-valias potenciais em activos recebidos em dação por recuperação de crédito não são reconhecidas em balanço.

e) Imobilizações corpóreas e incorpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 1998 encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com a legislação em vigor. As adições posteriores de imobilizado corpóreo encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzidas das respectivas depreciações. A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com as taxas de amortização definidas na Lei nº 5/93, de 10 de Agosto, as quais correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada:

| | Anos de Vida Útil |
|-----------------------------------|-------------------|
| Imóveis de Serviço Próprio | 50 |
| Equipamento | |
| Mobiliário e Material | 8 |
| Máquinas e Ferramentas | 2-10 |
| Equipamento Informático | 3-4 |
| Instalações Interiores | 8-20 |
| Material de Transporte | 4 |

O custo de aquisição inclui despesas que sejam directamente atribuíveis à aquisição dos bens. As despesas de manutenção e reparação são reconhecidas como custo do exercício, nas contas de "Gastos Gerais Administrativos".

As imobilizações incorpóreas correspondem essencialmente a custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das actividades do Banco. Estas imobilizações são amortizadas segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, num período de três anos.

As despesas com manutenção de software são registadas como custo no

exercício em que são incorridas.

Os custos associados a operações de capital próprio, incluindo despesas com aumentos de capital, são registados directamente como uma dedução ao capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

f) Carteira de títulos

De acordo com o PCIF, os títulos em carteira deverão ser classificados em categorias de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros e a intenção do Banco na sua aquisição. Este normativo prevê igualmente a contabilização de uma parte dos instrumentos ao justo valor. No entanto, conforme descrito na Nota 2.1, em 2015 e 2014 o Banco obteve autorização do Banco Central para manter os títulos registados ao custo de aquisição.

Pelo facto de ser intenção do BISTP manter os títulos em carteira até à respectiva data de maturidade, o Banco não regista provisões para eventuais menos-valias potenciais decorrentes da desvalorização dos títulos, excepto no caso de situações em que haja evidência de imparidade.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os investimentos em valores mobiliários correspondem a Obrigações de Caixa emitidas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. e a certificados de depósitos do Banco Angolano de Investimento, e encontram-se ambos registados ao custo de aquisição. A diferença positiva ou negativa entre o custo de aquisição e o valor nominal dos títulos, que corresponde ao prémio ou desconto verificado quando da compra, é reconhecida contabilisticamente como custo ou proveito entre a data de aquisição e a data de vencimento. Os juros decorridos relativos a estes títulos são contabilizados no activo na rubrica "Obrigações e outros títulos" (Nota 7).

g) Imobilizações financeiras

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Imobilizações financeiras" corresponde à participação do Banco na Sociedade Gestora de Pagamentos Automáticos de São Tomé e Príncipe (SPAUT). As imobilizações financeiras encontram-se registadas ao custo de aquisição, sendo constituídas provisões caso sejam determinadas imparidades.

h) Impostos

O Banco encontra-se sujeito ao Imposto sobre o Rendimento através da aplicação de uma taxa normal de 25%, tal como previsto no Artigo 81º do Código Fiscal, promulgado através da Lei nº 16/2008, de 31 de Dezembro.

Adicionalmente, ao valor apurado da colecta de imposto, acresce imposto do selo à taxa normal de 6%, o qual é reflectido na rubrica "Outros resultados de exploração" da demonstração de resultados.

Não são registados impostos diferidos, uma vez que não existem diferenças temporárias ativas ou passivas entre os valores contabilísticos e os valores fiscais.

i) Pensões de reforma

A Lei nº 1/90, de 8 de Maio, que regulamenta o sistema de Segurança Social em São Tomé e Príncipe, prevê a atribuição de pensões de reforma a todos os trabalhadores inscritos na Segurança Social que atinjam a idade considerada normal para a cessação da actividade profissional (57 ou 62 anos conforme sejam, respectivamente, do sexo feminino ou masculino). O valor destas pensões é calculado nos termos dos Artigos 59º e 67º da supra referida Lei. De acordo com o seu Artigo 99º, as taxas de contribuição para este sistema são de

6% para a entidade empregadora e de 4% para os trabalhadores. Para além destas contribuições, o Banco não assumiu qualquer responsabilidade adicional por benefícios de reforma dos seus empregados.

No entanto, dado antecipar que venha a ser concedido um complemento à pensão de reforma atribuída pela Segurança Social, o Banco registou, a partir do exercício de 2008, uma provisão para pensões na rubrica "Provisões para riscos e encargos" do passivo, que até à data não apresentou qualquer atualização, no montante de mSTD 21,510,168 (Nota 15).

Esta provisão foi determinada com base numa estimativa que assumiu o pressuposto de que o complemento corresponderia a cerca de 20% do salário à data de reforma.

g) Prémios de antiguidade

O Banco assumiu o compromisso de liquidar prémios de antiguidade correspondentes a um ou dois meses de vencimento, aos colaboradores que perçam 15 e 30 anos de serviço, respectivamente. Os prémios de antiguidade são reconhecidos linearmente ao longo do tempo de serviço dos colaboradores na rubrica "Custos a pagar", sendo registados em resultados na rubrica "Custos com pessoal" (Nota 24).

h) Comissões

De acordo com o PCIF, as comissões cobradas pelo Banco na concessão de créditos deverão ser diferidas e reconhecidas em proveitos através do método da taxa efectiva, independentemente do momento em que estas comissões são cobradas ou pagas. Conforme descrito na Nota 2.1, em 2015 e 2014 o Banco obteve autorização do Banco Central para efectuar o diferimento destas

comissões através do método linear.

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões, são objecto de diferimento linear ao longo do correspondente período.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de actos únicos.

i) Crédito a clientes e outros valores a receber

Os créditos e outros valores a receber compreende todos os activos financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor. Este conceito abrange a actividade típica de concessão de crédito a clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da actividade da instituição e exclui as operações com instituições de crédito. Estes activos financeiros são inicialmente registados pelos valores contratados, quando originados pelo Banco, ou pelos valores pagos, quando adquiridos a outras entidades.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos associados a operações de crédito são periodificados ao longo da vida das operações por contrapartida de rubricas de resultados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

O Banco procede ao abate de créditos ao activo (write-offs) de operações que considere irrecuperáveis e cujas provisões estejam constituídas pelo valor total da operação.

Os créditos encontram-se sujeitos a provisões específicas conforme divulgado na nota 2.2 c).

m) Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em rubricas de resultados ao longo da vida das operações.

Estas responsabilidades são abrangidas pelo regime de constituição de provisões para risco de crédito previsto na Norma de Aplicação Permanente nº7/07, conforme divulgado na nota 2.2 c).

n) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui os recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito e de clientes.

Estes passivos financeiros são mensurados ao seu valor nominal acrescido de eventuais comissões e de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção.

o) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão deve ser reconhecida quando se verifique uma obrigação presente (legal ou construtiva), i) resultante de um acontecimento passado, relativamente à qual se verifique ii) uma forte probabilidade de se efectuar um dispêndio de recursos e que seja iii) quantificável de um modo fiável.

Quando não seja provável a ocorrência de um dispêndio de recursos, ou a estimativa da quantia da obrigação não possa ser apurada de forma fiável, estamos perante um passivo contingente, que apenas deve ser sujeito a divulgação, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrência.

f) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como "Caixa e seus equivalentes" os valores registados no balanço de aplicações de muito curto prazo, disponíveis de imediato sem perda de valor, onde se incluem as rubricas de caixa e disponibilidades no Banco Central e as disponibilidades à vista sobre instituições de crédito.

3. Caixa e disponibilidades no Banco Central

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

| | 2015 | 2014 |
|--|--------------------|--------------------|
| Caixa: | | |
| Notas e moedas nacionais | 17.967.354 | 16.360.760 |
| Notas e moedas estrangeiras: | | |
| Em Euros | 12.088.361 | 18.626.676 |
| Em Dólares dos Estados Unidos | 11.216.858 | 23.594.955 |
| Em Outras divisas | 6.937.787 | 4.128.127 |
| | 48.210.360 | 62.710.518 |
| Depósitos à ordem no Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP): | | |
| Em moeda nacional | 534.489.193 | 484.056.625 |
| Em moeda estrangeira | | |
| Em Euros | 73.211.641 | 64.472.696 |
| Em Dólares dos Estados Unidos | 67.009.397 | 44.854.857 |
| | 674.710.231 | 593.384.178 |
| | 722.920.591 | 656.094.696 |

Os depósitos à ordem no BCSTP em moeda nacional visam cumprir as disposições em vigor de manutenção de reservas mínimas de caixa.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as reservas mínimas de caixa são actualizadas através da aplicação de percentagens de 18% e 21%, respectivamente, sobre os passivos elegíveis em moeda nacional e moeda estrangeira, referentes ao mês que antecede em dois meses o início do período de manutenção, nos termos da Norma de Aplicação Permanente nº 18/2011, de 17 de Agosto, do Banco Central de São Tomé e Príncipe.

4. Disponibilidades a vista sobre instituições de Crédito

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

| | 2015 | 2014 |
|---|--------------------|--------------------|
| Cheques a Cobrar: | | |
| No Estrangeiro | 102.155 | 4.668.152 |
| No País | 4.355.412 | 1.021.977 |
| | 4.457.567 | 5.690.129 |
| Títulos a cobrar no país | 20.127.461 | 5.052.567 |
| Depósitos à ordem no estrangeiro | | |
| Caixa Geral de Depósitos (Nota 18): | | |
| Sede (Lisboa) | 65.111.652 | 127.948.400 |
| Banca Electrónica | - | 16.274.075 |
| Sucursal de França | 1.828.556 | 1.727.131 |
| Banco Comercial Português | 44.537.752 | 52.231.605 |
| Banco Santander Totta | 2.318.898 | 6.772.224 |
| Banco Angolano de Investimento - Angola | 4.410.472 | 9.407.495 |
| Banco Caixa Geral Totta Angola | 745.739 | 9.751.361 |
| Outras instituições de crédito | 318.397 | 184.115 |
| | 119.271.466 | 224.296.406 |
| Outras disponibilidades | 2.385 | 2.389 |
| | 143.858.880 | 235.041.491 |

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Títulos a cobrar no país" é composta por títulos da Direcção Geral do Tesouro, disponibilizados por esta instituição ao Banco para efeitos de liquidação das suas responsabilidades. Estes montantes foram regularizados na sua totalidade junto do Banco Central de São Tomé e Príncipe nos primeiros dias de Janeiro do respectivo ano subsequente.

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos, os quais, em regra, são cobrados nos primeiros dias úteis seguintes.

5. Outros créditos sobre instituições de crédito

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica corresponde a depósitos a prazo, os quais apresentam a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro:

| | | 2015 | | | | |
|------------------------------------|--------------|--------------------|--------------------|------------------|--------------------|-------------|
| Moeda | Taxa de Juro | Montante em divisa | Montante em mSTD | Juros a receber | Total | |
| Caixa Geral de Depósitos (Nota 17) | EUR | 0,350% | 4.000.000 | 98.000.000 | 116.239 | 98.116.239 |
| Caixa Geral de Depósitos (Nota 17) | USD | 0,550% | 2.000.000 | 44.847.160 | 83.590 | 44.930.750 |
| Caixa Geral de Depósitos (Nota 17) | USD | 0,900% | 7.000.000 | 156.965.060 | 478.743 | 157.443.803 |
| Banco Comercial Português | USD | 0,600% | 6.000.000 | 134.541.480 | 347.565 | 134.889.045 |
| | | | 434.353.700 | 1.026.138 | 435.379.838 | |

| | | 2014 | | | | |
|------------------------------------|--------------|--------------------|--------------------|-----------------|--------------------|-------------|
| Moeda | Taxa de Juro | Montante em divisa | Montante em mSTD | Juros a receber | Total | |
| Caixa Geral de Depósitos (Nota 17) | EUR | 0,350% | 4.000.000 | 98.000.000 | 514.500 | 98.514.500 |
| Caixa Geral de Depósitos (Nota 17) | USD | 0,550% | 2.000.000 | 40.296.060 | 126.933 | 40.422.993 |
| Banco Comercial Português | USD | 0,600% | 6.000.000 | 120.888.180 | 164.990 | 121.053.170 |
| | | | 259.184.240 | 806.423 | 259.990.663 | |

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os depósitos a prazo apresentam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

| | 2015 | | | 2014 | | |
|---------------------------|------------------|-----------------|--------------------|------------------|--------------------|--------------------|
| | Montante em mSTD | Juros a receber | Montante Total | Montante em mSTD | Juros a receber | Montante Total |
| Até três meses | 277.388.640 | 547.395 | 277.936.035 | 161.184.240 | 291.923 | 161.476.163 |
| Entre seis meses e um ano | 156.965.060 | 478.743 | 157.443.803 | 98.000.000 | 514.500 | 98.514.500 |
| | | | 434.353.700 | 1.026.138 | 435.379.838 | 259.184.240 |
| | | | | 806.423 | 259.990.663 | |

6. Crédito sobre clientes

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

| Milhares de Dobras | 2015 | 2014 |
|---|--------------------|--------------------|
| Crédito Vincendo | | |
| Moeda Nacional | | |
| Descontos comerciais | 8.821.742 | 8.977.731 |
| Empréstimos | 422.936.026 | 343.255.710 |
| Crédito em conta corrente | 31.851.291 | 47.845.105 |
| Descobertos em depósitos à ordem | 1.603.364 | 12.890.413 |
| | 465.212.424 | 412.986.959 |
| Moeda Estrangeira | | |
| Descontos comerciais | 56.059 | 236.296 |
| Empréstimos | 163.360.066 | 243.745.418 |
| Crédito em Conta corrente | - | 9.075.951 |
| Descobertos em depósitos à ordem | 1.464.379 | 19.439.485 |
| Outros créditos | 208 | - |
| | 164.880.713 | 272.497.150 |
| <i>Total de Crédito Vincendo</i> | 630.093.136 | 685.466.109 |
| Crédito e Juros Vencidos: | | |
| Moeda Nacional: | | |
| Capital | 61.097.731 | 17.285.532 |
| Juros | 2.562.239 | 1.131.855 |
| | 63.659.969 | 18.417.387 |
| Moeda Estrangeira: | | |
| Capital | 88.737.166 | 87.728.463 |
| Juros | 1.493.695 | 1.231.680 |
| | 90.230.862 | 88.960.143 |
| <i>Total de Crédito e Juros irregulares</i> | 153.890.831 | 107.377.530 |
| Total de Crédito Concedido | 783.983.968 | 792.843.639 |
| Juros a receber de crédito concedido | 6.422.884 | 6.072.495 |
| Receitas diferidas | (1.805.962) | (1.536.666) |
| | 788.600.889 | 797.379.468 |
| Provisão para Crédito Concedido (Nota 15) | (200.126.527) | (189.738.639) |
| | 588.474.362 | 607.640.829 |

O total do crédito regular diz respeito ao total de crédito que se encontra inserido nas classes 1 e 2 da carteira de crédito (situação normal e sob supervisão, respectivamente).

O total de crédito irregular diz respeito ao total de crédito que se encontra inserido nas classes 3, 4 e 5 (abaixo do normal, duvidoso e perda, respectivamente).

Tendo por base esta divisão, a carteira de crédito segmenta-se da seguinte forma:

| | 2015 | 2014 |
|------------------------------|--------------------|--------------------|
| Crédito Regular | | |
| Normal | 597.359.615 | 580.258.596 |
| Sob supervisão | 32.733.521 | 105.207.514 |
| | 630.093.136 | 685.466.109 |
| Crédito Irregular | | |
| Abaixo do normal | 9.477.038 | 16.853.429 |
| Crédito duvidoso | 58.655.104 | 14.795.900 |
| Perda | 13.492.117 | 8.655.676 |
| Crédito em cobrança coerciva | 72.266.572 | 67.072.525 |
| | 153.890.831 | 107.377.530 |

(Normal e Sob Supervisão), os créditos com prestações vencidas superiores a 90 dias são consideradas de irregulares ou adversamente classificados (Abaixo do Normal, Duvidoso, Perda).

Para efeitos de distribuição do mapa apresentado abaixo, a divisão entre crédito vivo e crédito vencido é efetuada tendo por base o número de dias de incumprimento do crédito.

Segundo o plano de contas para as instituições financeiras emanada do BCSTP, os créditos com prestações vencidas até 89 dias são consideradas em situação regular

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a composição do crédito e respectivas provisões pelas classes previstas na Norma de Aplicação Permanente nº 7/2007, de 6 de Agosto, do Banco Central de São Tomé e Príncipe, pode ser detalhada como segue:

| 2015 | | | | | | | | |
|------------------------------|--------------------|-------------------|------------------|-------------------|--------------------|--------------------|-------------------|--------------------|
| Classe | Vivo | Vencido | | Total de Crédito | Provisões | | | |
| | Capital | Juros | Total | | Regulamentares | Económicas | Total | |
| Normal | 597.359.615 | - | - | - | 597.359.615 | 27.454.330 | 14.927.117 | 49.381.507 |
| Sob Supervisão | 32.059.091 | 436.704 | 237.727 | 674.430 | 32.733.521 | 3.273.352 | 5.674.557 | 8.947.910 |
| Abaixo do Normal | 8.683.331 | 595.665 | 198.041 | 793.707 | 9.477.038 | 2.369.260 | 1.727.215 | 4.096.475 |
| Crédito Duvidoso | 53.314.006 | 2.689.164 | 2.651.934 | 5.341.098 | 58.655.104 | 29.327.552 | 26.853.552 | 56.181.104 |
| Perda | 9.934.503 | 2.351.656 | 1.205.958 | 3.557.614 | 13.492.117 | 13.492.117 | 0 | 13.492.117 |
| Crédito em cobrança coerciva | - | 72.266.572 | - | 72.267 | 72.267 | 72.266.572 | 0 | 72.266.572 |
| | 701.350.547 | 78.339.760 | 4.293.661 | 10.439.116 | 711.789.663 | 148.183.182 | 49.182.502 | 197.365.684 |
| Garantias Bancárias | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 701.350.547 | 78.339.760 | 4.293.661 | 10.439.116 | 711.789.663 | 148.183.182 | 49.182.502 | 197.365.684 |

| 2014 | | | | | | | | |
|------------------------------|--------------------|-------------------|------------------|-------------------|--------------------|--------------------|-------------------|--------------------|
| Classe | Vivo | Vencido | | Total de Crédito | Provisões | | | |
| | Capital | Juros | Total | | Regulamentares | Económicas | Total | |
| Normal | 580.330.340 | - | - | - | 580.330.340 | 29.923.575 | 18.857.916 | 49.317.612 |
| Sob Supervisão | 100.234.137 | 2.115.822 | 1.568.721 | 3.684.543 | 103.918.680 | 12.449.870 | 30.063.687 | 44.295.203 |
| Abaixo do Normal | 15.939.573 | 450.569 | 463.287 | 913.856 | 16.853.429 | 4.716.476 | 2.526.681 | 7.243.157 |
| Crédito Duvidoso | 13.690.298 | 1.386.758 | 935.934 | 2.322.692 | 16.012.990 | 8.474.462 | 5.453.541 | 13.928.003 |
| Perda | 6.652.278 | 1.039.084 | 964.314 | 2.003.398 | 8.655.676 | 8.655.676 | - | 8.655.676 |
| Crédito em cobrança coerciva | 11.504.664 | 55.567.861 | - | 55.567.861 | 67.072.525 | 67.072.525 | - | 67.072.525 |
| | 728.351.290 | 60.560.094 | 3.932.256 | 64.492.350 | 792.843.640 | 131.292.585 | 56.901.824 | 188.194.409 |
| Garantias Bancárias | - | - | - | - | 61.769.217 | 1.544.230 | - | 1.544.230 |
| | 728.351.290 | 60.560.094 | 3.932.256 | 64.492.350 | 854.612.857 | 132.836.815 | 56.901.824 | 189.738.639 |

Para fazer face a algumas situações onde se estimam dificuldades mais significativas na cobrança dos créditos irregulares ou reestruturados, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, foram constituídas provisões adicionais para crédito concedido nos montantes de mSTD 49,182,502, e mSTD 56,901,824, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a composição da carteira de crédito a clientes, por finalidade de financiamento, pode ser detalhada como segue:

| Empresas | 2015 | | | 2014 | | |
|------------------------------|--------------------|-------------------|--------------------|--------------------|-------------------|--------------------|
| | Crédito Vivo | Crédito Vencido | Total | Crédito Vivo | Crédito Vencido | Total |
| Agrícola | - | - | - | 1.611.842 | - | 1.611.842 |
| Automóvel | 4.017.013 | 22.485 | 4.039.499 | 5.378.530 | - | 5.378.530 |
| Comércio | 3.137.496 | 3.789.428 | 6.926.924 | 21.719.623 | 1.058.863 | 22.778.486 |
| Construção | 4.612.197 | 6.383.753 | 10.995.951 | 22.015.897 | - | 22.015.897 |
| Consumo | 1.227.007 | 184.688 | 1.411.695 | 1.241.745 | - | 1.241.745 |
| Educação | - | - | - | 23.881 | - | 23.881 |
| Habitação | 53.562.118 | 14.087.156 | 67.649.274 | 4.418.786 | - | 4.418.786 |
| Importação | 3.958.244 | 224.628 | 4.182.872 | - | - | - |
| Indústria | - | - | - | 399 | - | 399 |
| Investimento | 121.990.611 | 24.176.399 | 146.167.010 | 134.941.923 | 22.709.562 | 157.651.485 |
| Outros tipos | 81.731.814 | 47.730.383 | 129.462.198 | 75.140.377 | 22.928.894 | 98.069.271 |
| Serviços | - | - | - | 1.936.557 | - | 1.936.557 |
| Turismo | - | - | - | - | - | - |
| Crédito em cobrança coerciva | - | - | - | 8.750.070 | 34.498.611 | 43.248.681 |
| | 274.236.501 | 96.598.921 | 370.835.422 | 277.179.630 | 81.195.930 | 358.375.560 |

| Particulares | 2015 | | | 2014 | | |
|--------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | Crédito Vivo | Crédito Vencido | Total | Crédito Vivo | Crédito Vencido | Total |
| Automóvel | 6.652.831 | 14.589 | 6.667.40 | 10.057.753 | 399.190 | 10.456.943 |
| Comércio | 6.051.025 | 6.335.287 | 12.386.311 | 15.823.320 | 689.254 | 16.512.574 |
| Construção | 57.701.826 | 274.822 | 57.976.648 | 101.696.689 | 420.343 | 102.117.032 |
| Consumo | 49.410.270 | 6.973.680 | 56.383.949 | 3.606.486 | 282.234 | 3.888.720 |
| Educação | 23.780 | - | 23.780 | 33.260 | - | 33.260 |
| Exploração | 642.852 | - | 642.852 | 500.000 | - | 500.000 |
| Habitação | 174.902.917 | 8.131.916 | 183.034.834 | 165.620.821 | 1.389.763 | 167.010.584 |
| importação | 1.537.506 | 670.230 | 2.207.736 | 3.899.078 | - | 3.899.078 |
| Investimento | 41.958.244 | 4.123.901 | 46.082.144 | 55.793.858 | 768.123 | 56.561.981 |
| Outros tipos | 16.975.385 | 30.767.486 | 47.742.842 | 48.500.502 | 1.163.443 | 49.663.945 |
| Turismo | - | - | - | 117 | - | 117 |
| Crédito em cobrança coerciva | - | - | - | 2.754.594 | 21.069.250 | 23.823.844 |
| | 355.856.635 | 57.291.910 | 413.148.546 | 277.179.630 | 26.181.600 | 434.468.079 |
| Empresas + Particulares | 630.093.136 | 153.890.831 | 783.983.968 | 277.179.630 | 107.377.530 | 792.843.639 |

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o crédito vincendo apresenta a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro média:

| | 2015 | | 2014 | |
|--------------------|--------------|--------------------|--------------|--------------------|
| | Taxa de juro | Vivo | Taxa de juro | Vivo |
| Em Dobras de STP | 17,26% | 465.212.424 | 20,76% | 412.968.959 |
| Em Dólares dos EUA | 9,93% | 39.808.425 | 11,14% | 51.175.790 |
| Em Euros | 6,49% | 125.072.288 | 9,58% | 221.321.360 |
| | | 630.093.136 | | 685.466.109 |

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o crédito a clientes apresenta a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

| | 2015 | 2014 |
|---------------------------|--------------------|--------------------|
| | Total | Total |
| Até um ano | 86.300.078 | 158.158.163 |
| De um a cinco anos | 279.553.237 | 287.114.079 |
| Mais de cinco anos | 354.229.325 | 307.762.430 |
| Com duração indeterminada | 63.901.327 | 39.808.967 |
| | 783.983.968 | 792.843.639 |

7. Obrigações e outros títulos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

| | 2015 | | | | | | |
|-------------------------------------|-------|----------------------------|--------------|--------------------|-------------------|-----------------|-------------------|
| | Moeda | Custo de aquisição de juro | Taxa de juro | Data de Vencimento | Montante em mSTD | Juros a receber | Total |
| Certificados de depósitos | | | | | | | |
| BAI (Nota 17) | USD | 1.500.000 | Fixa | 12-11-2016 | 33.635.370 | 110.997 | 33.746.367 |
| CGD 2009/2019 Aniversário (Nota 17) | EURO | 1.000.000 | Variável | 10-05-2016 | 24.500.000 | 289.676 | 24.789.664 |
| | | | | | 58.135.370 | 400.672 | 58.536.030 |

| | 2014 | | | | | | |
|-------------------------------------|-------|----------------------------|--------------|--------------------|-------------------|-----------------|-------------------|
| | Moeda | Custo de aquisição de juro | Taxa de juro | Data de Vencimento | Montante em mSTD | Juros a receber | Total |
| Certificados de depósitos | | | | | | | |
| BAI (Nota 17) | USD | 2.500.000 | Fixa | 06-12-2015 | 50.370.075 | 75.555 | 50.445.630 |
| CGD 2009/2019 Aniversário (Nota 17) | EURO | 1.000.000 | Variável | 11-05-2019 | 24.500.000 | 281.395 | 24.781.395 |
| | | | | | 74.870.075 | 356.950 | 75.227.025 |

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, com base em estimativas de valorização fornecidas pela Caixa Geral de Depósitos, o justo valor dos títulos de dívida em carteira emitidos por esta instituição era inferior ao valor de balanço em mSTD 1,225,000 e mSTD 2,450,000, respectivamente. Conforme descrito na Nota 2.2 f), estas menos-valias não foram registadas dada a intenção do Banco de manter estes títulos até à sua maturidade e o Conselho de Administração considerar que não existe, neste momento, risco de perda adicional para o Banco.

8. Imobilizações

O movimento nestas rubricas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 foi o seguinte:

| | Saldos em 31-12-2014 | | | | | Abates | | | Saldos em 31-12-2015 | | |
|----------------------------------|----------------------|-------------------------|--------------------|-------------------|---------------------------|----------------|-------------------------|---------------------|----------------------|-------------------------|--------------------|
| | Activo bruto | Amortizações acumuladas | Activo líquido | Aquisições | Amortizações do exercício | Activo bruto | Amortizações acumuladas | Transferências | Activo bruto | Amortizações acumuladas | Activo líquido |
| Imobilizações corpóreas | | | | | | | | | | | |
| Imóveis de serviço próprio | 170.052.719 | (24.494.800) | 145.557.919 | 49.624.440 | 6.421.432 | | | 16.160.704 | 235.837.862 | (30.916.232) | 204.921.630 |
| Mobiliário e material | 30.893.248 | (12.006.941) | 18.886.307 | 13.789.470 | 3.974.944 | | | 1.301 | 44.684.018 | (15.981.885) | 28.702.133 |
| Máquinas e ferramentas | 27.013.814 | (15.428.232) | 11.585.583 | 6.148.002 | 4.197.832 | 12.700 | (7,832) | 361.233 | 33.510.349 | (19.618.232) | 13.892.118 |
| Equip. Informático | 16.511.632 | (12.723.578) | 3.788.055 | 1.822.433 | 1.640.661 | | | | 18.334.065 | (14.364.238) | 3.969.827 |
| Instalações interiores | 10.977.908 | (3.895.009) | 7.082.899 | 3.498.738 | 1.198.151 | | | | 14.476.646 | (5.093.160) | 9.383.486 |
| Material de Transporte | 11.174.534 | (6.551.361) | 4.623.173 | 869.750 | 1.912.701 | 416.707 | (414.416) | | 11.627.577 | (8.049.646) | 3.577.931 |
| Equipamentos de Segurança | 3.555.271 | (1.208.378) | 2.346.894 | 57.208 | 356.480 | | | | 3.612.479 | (1.564.857) | 2.047.621 |
| Outros equipamentos | 762.382 | (233.679) | 528.703 | 2.114.191 | 105.365 | | | | 2.876.573 | (339.044) | 2.537.529 |
| Património artístico | 1.117.784 | - | 1.117.784 | 97.627 | | | | | 1.215.410 | | 1.215.410 |
| | 272.059.292 | (76.541.976) | 195.517.315 | 78.021.857 | 19.807.566 | 429.407 | (422.248) | 16.523.238 | 366.174.949 | (95.927.294) | 270.247.685 |
| Imobilizações incorpóreas | | | | | | | | | | | |
| Software | 22.490.882 | (14.447.804) | 8.043.078 | 432.557 | 3.033.491 | | | | 22.923.439 | (17.481.296) | 5.442.143 |
| Outros | 55.156 | (55.156) | - | - | | | | | 55.156 | (55.156) | |
| | 22.546.038 | (14.502.961) | 8.043.078 | 432.557 | 3.033.491 | | | | 22.978.595 | (17.536.452) | 5.442.143 |
| Imobilizações em curso | | | | | | | | | | | |
| Imobilizações incorpóreas | | - | | 852.600 | - | - | - | | 852.600 | | 852.600 |
| Imóveis de serviço próprio | 16.922.505 | - | 16.922.505 | 6.895.761 | - | 133 | - | (16.352.154) | 7.465.980 | | 7.465.980 |
| Mobiliário e material | 655 | - | 655 | 1.298.076 | - | - | - | (655) | 1.298.076 | | 1.298.076 |
| Máquinas e ferramentas | 170.429 | - | 170.429 | 66.150 | - | - | - | (170.429) | 66.150 | | 66.150 |
| Equipamento Informático | - | - | - | 451.964 | - | - | - | | 451.964 | | 451.964 |
| Instalações interiores | - | - | - | - | - | - | - | | | | |
| Equipamento de segurança | 312.470 | - | 312.470 | 20.142 | - | 312.470 | - | | 20.142 | | 20.142 |
| | 17.406.059 | - | 17.406.059 | 9.584.693 | - | 312.603 | - | (16.523.238) | 10.154.912 | | 10.154.912 |
| Imobilizações Financeiras | | | | | | | | | | | |
| SPAUT | 2.940.000 | - | 2.940.000 | - | - | - | - | - | 2.940.000 | | 2.940.000 |
| | 314.951.388 | (91.044.937) | 223.906.452 | 88.039.108 | 22.841.057 | 742.010 | (422.248) | | 402.248.486 | (113.463.746) | 288.784.740 |

| | Saldos em 31-12-2013 | | | | | Abates | | | Saldos em 31-12-2014 | | |
|----------------------------------|----------------------|-------------------------|--------------------|-------------------|---------------------------|------------------|-------------------------|---------------------|----------------------|-------------------------|--------------------|
| | Activo bruto | Amortizações acumuladas | Activo líquido | Aquisições | Amortizações do exercício | Activo bruto | Amortizações acumuladas | Transferências | Activo bruto | Amortizações acumuladas | Activo líquido |
| Imobilizações corpóreas | | | | | | | | | | | |
| Imóveis de serviço próprio | 122.918.382 | (18.394.731) | 104.523.651 | 30.253.455 | 6.100.065 | | | 16.880.881 | 170.052.718 | (24.494.812) | 145.557.907 |
| Mobiliário e material | 26.238.587 | (8.621.618) | 17.616.969 | 3.206.228 | 3.385.324 | | | 1.448.433 | 30.893.248 | (12.006.941) | 18.886.309 |
| Máquinas e ferramentas | 22.233.472 | (11.829.508) | 10.403.964 | 1.382.940 | 3.599.212 | 5.871 | (489) | 3.403.275 | 27.013.815 | (15.428.215) | 11.585.600 |
| Equip. Informático | 13.816.643 | (11.016.822) | 2.799.821 | 2.694.989 | 1.706.756 | | | | 16.511.632 | (12.723.578) | 3.788.054 |
| Instalações interiores | 7.799.307 | (2.962.672) | 4.836.635 | 3.018.861 | 932.337 | | | 159.740 | 10.977.908 | (3.895.008) | 7.082.900 |
| Material de Transporte | 11.868.670 | (7.057.193) | 4.811.477 | 1.645.033 | 1.772.087 | 2.339.169 | (2.277.919) | | 11.174.533 | (6.551.361) | 4.623.172 |
| Equipamentos de Segurança | 2.790.358 | (906.582) | 1.883.776 | 764.912 | 301.795 | | | | 3.555.270 | (1.208.377) | 2.346.893 |
| Outros equipamentos | 611.366 | (160.202) | 451.164 | 151.017 | 73.473 | | | | 762.383 | (233.683) | 528.699 |
| Património artístico | 985.784 | - | 985.784 | 132.000 | | | | | 1.117.784 | | 1.117.784 |
| | 209.262.569 | (60.949.328) | 148.313.241 | 43.249.433 | 17.871.048 | 2.345.040 | (2.278.408) | 21.892.330 | 272.059.292 | (76.541.960) | 195.517.311 |
| Imobilizações incorpóreas | | | | | | | | | | | |
| Software | 14.643.671 | (13.418.098) | 1.225.573 | 6.281.220 | 1.029.707 | | | 1.565.991 | 22.490.882 | (14.447.805) | 8.043.077 |
| Outros | 55.156 | (55.156) | - | - | | | | | 55.156 | (55.156) | |
| | 14.698.827 | (13.473.254) | 1.225.573 | 6.281.220 | 1.029.707 | | | 1.565.991 | 22.546.038 | (14.502.962) | 8.043.077 |
| Imobilizações em curso | | | | | | | | | | | |
| Imobilizações incorpóreas | 1.565.991 | - | 1.565.991 | - | - | - | - | (1.565.991) | | | |
| Imóveis de serviço próprio | 19.532.214 | - | 19.532.214 | 18.946.041 | - | - | - | (16.880.881) | 21.597.374 | | 21.597.374 |
| Mobiliário e material | 1.448.433 | - | 1.448.433 | 655 | - | - | - | (1.448.433) | 655 | | 655 |
| Máquinas e ferramentas | 3.527.073 | - | 3.527.073 | 213.376 | - | - | - | (3.403.275) | 337.174 | | 337.174 |
| Equipamento Informático | - | - | - | - | - | - | - | | | | 0 |
| Instalações interiores | 159.740 | - | 159.740 | - | - | - | - | (159.740) | | | 0 |
| Equipamento de segurança | 312.470 | - | 312.470 | - | - | - | - | | 312.470 | | 312.417 |
| | 26.545.921 | - | 26.545.921 | 19.160.072 | - | - | - | (23.458.320) | 22.247.673 | 0 | 22.247.673 |
| Imobilizações Financeiras | | | | | | | | | | | |
| SPAUT | 2.940.000 | - | 2.940.000 | - | - | - | - | - | 2.940.000 | | 2.940.000 |
| | 253.447.317 | (74.422.582) | 179.024.735 | 68.690.726 | 18.900.755 | 2.345.040 | (2.278.408) | | 319.793.003 | (91.044.922) | 228.748.081 |

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, as imobilizações em curso relativas a imóveis de serviço próprio correspondem, essencialmente, aos custos incorridos com a aquisição e realização de obras em futuras instalações do Banco na Cidade de Príncipe.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Imobilizações Financeiras - SPAUT", refere-se a uma participação de 8%, correspondente a 120 acções, na Sociedade Gestora de Pagamentos Automáticos de São Tomé e Príncipe (SPAUT), cujo capital social ascende a mSTD 36,750,000.

9. Outros activos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

| Milhares de STD | 2015 | 2014 |
|--|-------------------|-------------------|
| Aplicações por recuperação de crédito | 81.836.196 | 76.069.231 |
| Adiantamentos - Cash advance | 3.208.178 | 1.708.343 |
| Fornecedores | 238.536 | 238.536 |
| Outros | 2.486.601 | 3.248.135 |
| | 87.769.510 | 81.264.245 |
| Provisão para outros activos (Nota 15) | (19.931.683) | (20.783.731) |
| | 67.837.827 | 60.480.514 |

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Aplicações por recuperação de crédito" refere-se a imóveis recebidos pelo BISTP por dação em cumprimento de créditos vencidos, os quais foram registados pelo menor valor entre o valor do crédito e o de avaliação do respectivo imóvel, na data da dação.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a decomposição por antiguidade da carteira dos imóveis no Banco é a seguinte:

| Ano de Aquisição | Movimento em 2014 | | | | | Movimento em 2015 | | | | | |
|------------------|---------------------|-------------------|---------------------|----------------|-------------------|---------------------|------------|---------------------|--------------------|-------------------|---------------------|
| | Saldo em 31-12-2013 | Aquisição | Despesas associadas | Alienações | Realiação cambial | Saldo em 31-12-2014 | Aquisição | Despesas associadas | Alienações | Realiação cambial | Saldo em 31-12-2015 |
| anterior a 2009 | 2.791.064 | - | - | - | - | 2.784.524 | - | - | (2.542.831) | - | 241.693 |
| 2009 | - | - | - | (6.540) | 198.895 | - | - | - | - | 190.766 | - |
| 2012 | 19.045.780 | - | - | - | - | 19.244.675 | - | - | - | - | 19.435.441 |
| 2013 | 3.370.454 | - | - | - | - | 3.370.454 | - | - | (1.130.056) | - | 2.240.396 |
| 2014 | - | 48.834.414 | 1.835.165 | - | - | 50.669.579 | - | (2.359.181) | (5.490.284) | - | 42.820.114 |
| 2015 | - | - | - | - | - | - | 17.098.550 | - | - | - | 17.098.551 |
| Total | 25.207.298 | 48.834.414 | 1.835.165 | (6.540) | 198.895 | 76.069.232 | - | (2.359.181) | (9.163.171) | 190.766 | 81.836.196 |

À data de 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o valor de provisões decompõe-se da seguinte forma:

| | 2015 | 2014 |
|---|-------------------|-------------------|
| Provisões para activos por recuperação de crédito | 16.948.138 | 17.687.487 |
| Provisão para outros devedores | 2.948.545 | 3.096.544 |
| | 19.931.683 | 20.783.731 |

A rubrica de provisões para activos por recuperação de crédito resume-se, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a:

| Ano de Aquisição | 2014 | | | 2015 | | |
|------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | Valor Bruto | Provisão | Valor Líquido | Valor Bruto | Provisão | Valor Bruto |
| anterior a 2009 | 2.784.524 | 2.784.524 | - | 241.693 | 241.693 | - |
| 2009 | - | - | - | - | - | - |
| 2012 | 19.244.675 | 9.622.338 | 9.622.338 | 19.435.441 | 9.717.720 | 9.717.721 |
| 2013 | 3.370.454 | 842.614 | 2.527.841 | 2.240.398 | 580.100 | 1.680.298 |
| 2014 | 50.669.579 | 4.438.013 | 46.231.566 | 42.820.114 | 6.428.625 | 36.391.489 |
| 2015 | | | | 17.098.550 | - | 17.098.550 |
| Total | 76.069.232 | 17.687.488 | 58.381.744 | 81.836.196 | 16.948.138 | 64.888.058 |

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o Banco tem registadas provisões no montante de mSTD 16,948,138 e mSTD 17,687,487, respectivamente, para fazer face a menos-valias na realização destes imóveis. Estas provisões são calculadas tendo em consideração o tempo decorrido desde a entrada dos imóveis no activo do Banco, conforme divulgado na nota 2.2 d) e outros eventos de imparidade ocorridos com impacto à data de encerramento das demonstrações financeiras.

10. Contas de regularização do activo

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

| | 2015 | 2014 |
|--|------------------|------------------|
| Proveitos a receber: | | |
| Outros comissões | 2.948.356 | 181.704 |
| Despesas com custo diferido: | | |
| Seguros | 989.254 | 513.890 |
| Campanha de publicidade | - | 67.530 |
| Licenças de software | 661.061 | 742.275 |
| Rendas | 82.565 | 109.515 |
| Outras despesas | 97.723 | 999.474 |
| | 1.830.603 | 2.432.683 |
| Outras contas de regularização do activo: | | |
| Outros | 215.761 | 675.942 |
| | 4.994.720 | 3.290.329 |

A rubrica de outras despesas inclui despesas incorridas pelo Banco que se encontram a ser diferidas.

A rubrica de "outras contas de regularização do activo - outros" inclui essencialmente cheques em trânsito depositados no último dia do ano que foram regularizados nos primeiros dias de Janeiro de 2016.

11. Depósitos de clientes

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

| | 2015 | 2014 |
|---|----------------------|----------------------|
| Depósitos à Ordem de Residentes: | | |
| Em Moeda Nacional | | |
| Organismos autónomos e empresas privadas | 392.064.628 | 254.540.600 |
| Particulares | 362.581.339 | 297.837.034 |
| Organismos estatais e empresas públicas | 31.808.024 | 20.751.176 |
| | 786.453.991 | 573.128.809 |
| Em Moeda Estrangeira | | |
| Organismos autónomos e empresas privadas | 315.567.968 | 296.661.754 |
| Particulares | 325.295.280 | 309.429.115 |
| Organismos estatais e empresas públicas | 36.746.265 | 33.777.082 |
| | 677.609.513 | 639.867.951 |
| Depósitos à Ordem de Não Residentes: | | |
| Em Moeda Estrangeira | 8.500.315 | 11.389.814 |
| | 1.472.536.819 | 1.224.386.573 |
| Depósitos a prazo de Residentes: | | |
| Em Moeda Nacional | | |
| Particulares | 246.119.589 | 241.365.209 |
| Organismos autónomos e empresas privadas | 18.250.303 | 71.854.255 |
| | 264.369.901 | 313.219.463 |
| Em moeda estrangeira | 157.194.503 | 188.032.734 |
| Depósitos a Prazo de Não Residentes | | |
| Em Moeda Estrangeira | 12.917.624 | 9.089.228 |
| Em Moeda Nacional | 0 | 0 |
| | 12.917.624 | 9.089.228 |
| Juros a pagar de depósitos a prazo de clientes | 2.665.747 | 4.916.221 |
| Total de Depósitos a Prazo | 437.147.775 | 515.257.647 |
| Total de Depósitos de clientes | 1.909.711.594 | 1.739.644.220 |

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os depósitos a prazo de clientes apresentam a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro média:

| | 2015 | | 2014 | |
|----------------------------------|--------------|--------------------|--------------|--------------------|
| | Taxa de Juro | Montante | Taxa de Juro | Montante |
| Em Dobras de São Tomé e Príncipe | 4,05% | 266.527.726 | 6.39% | 317.232.211 |
| Em Dolares dos Estados Unidos | 1,38% | 119.051.318 | 1.94% | 150.923.690 |
| Em Euros | 0,51% | 51.379.750 | 1.30% | 46.309.512 |
| Em Libras Esterlinas | 1,15% | 188.980 | 1,02% | 792.233 |
| | | 437.147.755 | | 515.257.646 |

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os depósitos a prazo de clientes apresentam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

| | 2015 | | | 2014 | | |
|------------------------|--------------------|------------------|--------------------|--------------------|------------------|--------------------|
| | Capital | Juro | Total | Capital | Juro | Total |
| Até três meses | 139.873.147 | 1.232.896 | 141.106.043 | 226.108.232 | 3.245.884 | 229.354.116 |
| De três a seis meses | 152.962.497 | 697.077 | 153.659.574 | 140.161.154 | 858.046 | 141.019.199 |
| De seis meses a um ano | 141.646.385 | 735.773 | 142.382.158 | 144.072.039 | 812.292 | 144.884.331 |
| | 434.482.028 | 2.665.747 | 437.147.775 | 510.341.425 | 4.916.221 | 515.257.646 |

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os depósitos à ordem de clientes não são remunerados.

12. Recursos de outras entidades

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

| | 2015 | 2014 |
|-------------------|-------------------|-------------------|
| Moeda nacional | 8.984.190 | 11.249.468 |
| Moeda estrangeira | 2.209.011 | 1.332.114 |
| | 11.193.202 | 12.581.583 |

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo das rubricas "Moeda nacional" e "Moeda estrangeira" correspondem a cheques visados e a descobertos contabilísticos em contas de depósitos à ordem no estrangeiro (Nota 17), respectivamente.

13. Outros passivos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

| | 2015 | 2014 |
|---|-------------------|-------------------|
| Credores: | | |
| Caução para operações de crédito | 1.526.170 | 4.898.585 |
| Caução por abertura de créditos documentários | 1.543.500 | 1.739.500 |
| Fornecedores | 27.726.501 | 11.405.199 |
| Outros credores | 262.151 | 235.548 |
| Imposto de selo sobre operações bancárias | 811.242 | 978.587 |
| Retenção na fonte sobre rendimento de capitais | 685.489 | 649.486 |
| Imposto sobre consumo | 359.941 | 352.047 |
| Outros impostos e tributos | 813.935 | 0 |
| Retenção na fonte sobre trabalho independente | 570.936 | 270.587 |
| | 34.299.865 | 20.529.540 |

O saldo de fornecedores é composto por custos com a 37 Design & Arquitectura e EGECON que ascendem respectivamente a mSTD 11,290,712 e 14,610,033, associados à construção da sede do Banco.

14. Contas de regularização do passivo

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

| | 2015 | 2014 |
|--|-------------------|-------------------|
| Custo a pagar: | | |
| Férias e subsídio de férias | 7.663.975 | 7.440.366 |
| Prémio de produtividade | 5.492.813 | 4.781.234 |
| Prémio de antiguidade | 1.606.363 | 1.196.088 |
| Outros custos a pagar | 6.177.573 | 5.058.241 |
| | 20.940.724 | 18.475.930 |
| Receitas com proveito diferido: | | |
| Empréstimos e créditos em conta corrente | 3.252.984 | 3.458.223 |
| Garantias e avales prestados | 551.297 | 363.664 |
| | 3.804.281 | 3.821.887 |
| Outras contas de regularização: | | |
| Compensação sistema de pagamentos | 2.366.198 | 2.554.717 |
| Imposto sobre o rendimento a pagar (Nota 19) | 975.771 | 3.212.980 |
| | 28.086.973 | 28.068.514 |

O prémio de produtividade pago nos exercícios de 2015 e 2014, relativo a exercícios anteriores, totalizou mSTD 4,429,115 e mSTD 4,019,329, respectivamente.

A rubrica de outros custos a pagar refere-se a facturas de fornecedores e gastos gerais recebidas no final do ano de 2015.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica "Receitas com proveito diferido - Empréstimos e créditos em conta corrente" refere-se ao diferimento das comissões associadas a operações de crédito.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 o saldo da rubrica "Outras contas de regularização - Compensação sistema de pagamentos" refere-se ao saldo a pagar relativo à compensação do sistema automático de pagamentos.

15. Provisões

O movimento das provisões nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 foi o seguinte:

| | 2015 | | | | | |
|---|---------------------------------|----------------------------|-------------------|-----------------------|---|---------------------------------|
| | Saldos em 31-12-2014 | Dotação líquida | Utilização | Transferências | Diferença de Câmbio e outros | Saldos em 31-12-2015 |
| Provisões para crédito concedido (Nota 6) | 189.738.639 | 10.708.746 | 5.194.944 | - | 4.874.086 | 200.126.527 |
| Pensões de reforma e sobrevivência (Nota 2.2 i) | 21.510.168 | - | - | - | - | 21.510.168 |
| Outros activos (Nota 9) | 20.783.731 | (242.100) | 705.341 | - | 95.393 | 19.931.683 |
| Outras provisões | - | 217.773 | - | - | - | 217.773 |
| | 232.032.538 | 10.684.419 | 5.900.286 | 0 | 4.969.479 | 241.786.151 |

| | 2014 | | | | | |
|---|---------------------------------|----------------------------|-------------------|-----------------------|---|---------------------------------|
| | Saldos em 31-12-2013 | Dotação líquida | Utilização | Transferências | Diferença de Câmbio e outros | Saldos em 31-12-2014 |
| Provisões para crédito concedido (Nota 6) | 176.373.116 | 8.424.944 | (490.961) | - | 5.431.540 | 189.738.639 |
| Pensões de reforma e sobrevivência (Nota 2.2 i) | 21.510.168 | - | - | - | - | 21.510.168 |
| Outros activos (Nota 9) | 10.411.214 | 10.322.788 | - | - | 49.729 | 20.783.731 |
| Outra provisão (depreciação do capital) | 1.904.626 | - | - | (1.904.626) | - | - |
| | 210.199.124 | 18.747.732 | (490.961) | (1.904.626) | 5.481.269 | 232.032.538 |

Conforme descrito na Nota 2.2 i), o Banco apresenta em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 uma provisão para a responsabilidade (ainda não formalizada) de conceder aos seus empregados complementos de pensões de reforma, correspondentes a 20% do salário em vigor à data de reforma. Para determinação das responsabilidades com pensões de reforma em pagamento e por serviços passados de pessoal no activo com referência a 31 de Dezembro de 2008. Para o cálculo desta provisão o Banco utilizou as seguintes hipóteses e bases técnicas:

| | |
|----------------------------------|---------|
| Tábua de mortalidade | OMS |
| Taxa técnica | 12% |
| Taxa de crescimento dos salários | 10% |
| Taxa de crescimento de pensões | 7% |
| Idade normal de reforma: | |
| Homens | 62 anos |
| Mulheres | 57 anos |

De acordo com o cálculo efectuado pelo Banco com referência a 31 de Dezembro de 2008, as responsabilidades por serviços passados nessa data ascendiam a mSTD 21,510,168, não tendo este cálculo sido actualizado nos exercícios subsequentes.

16. Movimento na situação líquida

O movimento nas rubricas da situação líquida nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, foi o seguinte:

| | Reservas | | | | | Resultado líquido do exercício | Total |
|---|-------------|------------|-------------|---------------------|------------|--------------------------------|--------------|
| | Capital | Legal | Reavaliação | Reavaliação cambial | Outras | | |
| Saldos em 31-12-2013 | 150.000.000 | 16.404.660 | 892.214 | 45.834.537 | 40.240.444 | 103.371.855 | 283.745.298 |
| Distribuição do resultado líquido do exercício de 2013 | | | | | | | |
| Incorporação em reservas | - | 3.037.344 | - | - | 9.112.033 | 12.149.377 | (12.149.377) |
| Distribuição de dividendos | - | - | - | - | - | 0 | (18.224.066) |
| Resultado líquido do exercício | - | - | - | - | - | 0 | 31.912.113 |
| Transferência do saldo provisão /depreciação capital | - | - | - | 1.904.626 | - | 1.904.626 | 1.904.626 |
| Saldos em 31-12-2014 | 150.000.000 | 19.442.004 | 892.214 | 47.739.163 | 49.352.477 | 117.425.858 | 299.337.971 |
| Distribuição do resultado líquido do exercício de 2014 | | | | | | | |
| Incorporação em reservas | - | 3.191.211 | - | - | 9.573.634 | 12.764.845 | (12.764.846) |
| Distribuição de dividendos | - | - | - | - | - | - | (19.147.268) |
| Resultado líquido do exercício | - | - | - | - | - | - | 25.576.708 |
| Transferência do saldo provisão /depreciação capital | - | - | - | 0 | - | - | - |
| Saldos em 31-12-2015 | 150.000.000 | 22.633.216 | 892.214 | 47.739.163 | 58.926.111 | 130.190.704 | 305.767.412 |

Capital

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o capital social do Banco está representado por 150,000,000 acções, com um valor nominal de mil Dobras de São Tomé e Príncipe, integralmente subscritas e realizadas.

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2 e), as despesas administrativas incorridas pelo Banco no aumento de capital ocorrido em 2009, mas cuja liquidação ocorreu no exercício de 2011, foram registadas por contrapartida de reservas.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a estrutura accionista do Banco, detalhada por número de acções, é a seguinte:

| | Número de acções | % |
|---------------------------------|--------------------|----------------|
| Estado de S.Tomé e Príncipe | 72.000.000 | 48,00% |
| Caixa Geral de Depósitos | 40.500.000 | 27,00% |
| Banco Africano de Investimentos | 37.500.000 | 25,00% |
| | 150.000.000 | 100,00% |

Reserva legal

De acordo com a alínea a) do Artigo 23º dos Estatutos do BISTP, o Banco deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva um mínimo de 10% do resultado líquido do exercício anterior. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados, quando esgotadas as demais reservas constituídas, ou para incorporação no capital.

Reserva de reavaliação

Esta reserva resulta de reavaliações do imobilizado corpóreo efectuadas em exercícios anteriores e enquadradas na legislação anteriormente em vigor, que previa a reavaliação do activo imobilizado através da aplicação de coeficientes de desvalorização cambial. O saldo da reserva de reavaliação em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, no montante de mSTD 892,214, resulta das reavaliações efectuadas pelo Banco até ao exercício de 1998. Através da entrada em vigor do Plano de Contas para Instituições Financeiras (PCIF), nos termos da Norma de Aplicação Permanente nº 5/09, de 9 de Julho, emitida pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe, esta reavaliação assumiu um carácter opcional, apenas podendo ser utilizada para aumento de capital (Nota 2.2 b)).

Reserva de reavaliação cambial

Na sequência do disposto na Norma de Aplicação Permanente nº 1/02, de 10 de Janeiro, revogada através da Norma de Aplicação Permanente nº 28/11, de 30 de Dezembro, por forma a reter parte dos lucros gerados em moeda nacional em resultado da desvalorização cambial, o Banco passou a actualizar os activos líquidos em moeda estrangeira. Os montantes das reavaliações cambiais mensais ao nível da posição cambial em divisas eram registados numa reserva especial de reavaliação cambial, incluída nos fundos próprios do Banco, mas que não afectava os resultados do exercício. Esta reserva não é distribuível e apenas pode ser utilizada para aumento de capital. A partir de Março de 2008, com a entrada em vigor da Norma de Aplicação Permanente nº 11/07, de 26 de Novembro do Banco Central de São Tomé e Príncipe, a reavaliação da posição cambial em divisas passou a ser registada em resultados do exercício. Em 2014 o Banco incorporou nesta rubrica a provisão para a desvalorização cambial do capital social face ao Euro constituída em 2008, referente ao período compreendido entre 1 de Março e 31 de Dezembro de 2008, e acrescida do impacto da actualização do capital social face ao Euro no exercício de 2009 no montante total de

mSTD 1,904,626. Esta provisão tinha sido constituída nos termos da Norma de Aplicação Permanente nº11/07, de 26 de Novembro, do Banco Central de São Tomé e Príncipe e apenas pode ser utilizada para aumento do capital social do Banco.

17. Saldos e transacções com accionistas

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os principais saldos e transacções mantidos com os accionistas Grupo Caixa Geral de Depósitos e Banco Angolano de Investimentos são os seguintes:

| | 2015 | 2014 |
|---|--------------------|--------------------|
| Disponibilidade à vista sobre instituições de crédito (Nota 4) | | |
| Grupo Caixa Geral de Depósitos | 66.940.208 | 145.949.607 |
| Banco Angolano de Investimento - Angola | 4.410.472 | 9.407.495 |
| | 71.350.680 | 155.357.102 |
| Outros créditos sobre instituições de crédito (Nota 5) | | |
| Grupo Caixa Geral de Depósitos | 300.490.792 | 179.233.553 |
| Banco Angolano de Investimentos - Angola | 0 | 0 |
| | 300.490.792 | 179.233.553 |
| Obrigações e outros títulos (Nota 7) | | |
| Grupo Caixa Geral de Depósitos | 24.789.664 | 24.781.395 |
| Banco Angolano de Investimentos - Angola | 33.746.367 | 50.445.627 |
| | 58.536.030 | 75.227.022 |
| Recursos de outras entidades (Nota 12) | | |
| Grupo Caixa Geral de Depósitos | 2.209.011 | 1.332.114 |
| | 2.209.011 | 1.332.114 |
| Margem Financeira (Nota 20) | | |
| Grupo Caixa Geral de Depósitos | 2.652.374 | 2.332.571 |
| Banco Africano de Investimento - Angola | 996.372 | 1.319.046 |
| | 3.648.746 | 3.651.617 |

18. Rubricas extrapatrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, estas rubricas apresentam a seguinte

| | 2015 | 2014 |
|---|----------------------|----------------------|
| Garantias prestadas e outros passivos eventuais: | | |
| Garantias e avales prestados | 110.431.207 | 61.769.217 |
| Créditos documentários abertos | 12.875.628 | 21.969.212 |
| | 123.306.835 | 83.738.429 |
| Responsabilidades por prestação de serviços: | | |
| Cobrança de valores - sobre o estrangeiro | 2.774.534 | 2.678.955 |
| Depósito e guarda de valores | 1.080.000 | 1.160.000 |
| | 3.854.534 | 3.838.955 |
| Responsabilidades de terceiros: | | |
| Garantias reais | 1.499.898.560 | 1.066.827.227 |
| Outras contas extrapatrimoniais | 27.013.501 | 27.058.010 |

19. Impostos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os saldos relativos ao imposto sobre o rendimento foram apurados da seguinte forma:

| | 2015 | 2014 |
|---|------------|-------------|
| Resultado antes de imposto | 35.577.238 | 43.945.127 |
| Ajustamentos: | | |
| Salários e outras remunerações a pagar (Art.30º, nº 3, alínea c)) | 479.533 | 877.511 |
| Prémio de desempenho a pagar (Art.30º, nº 3, alínea c)) | 256.649 | 376.672 |
| Prémio de antiguidade a pagar (Art.30º, nº 3, alínea c)) | 319.348 | 290.106 |
| Seguro de Vida (Art.30º, nº 3, alínea a)) | 211.057 | 0 |
| Amortização não dedutíveis (Art.40º, nº 1, alínea e)) | 1.815.989 | 1.640.218 |
| Seguros, reparações e manutenção de viaturas ligeiras (Art.30º.2) | 293.711 | 332.160 |
| Combustível vaturas (Art.30º.2) | 408.703 | 388.493 |
| Despesas de representação (Art.31º.3) | 639.894 | 281.766 |
| Matéria colectável | 40.002.122 | 48.132.053 |
| Imposto sobre o rendimento (Taxa de 25%) | 10.000.531 | 12.033.013 |
| Excesso de estimativa de imposto de exercícios anteriores | - | - |
| | 10.000.531 | 12.033.013 |
| Pagamento por conta | 9.024.760 | (8.817.033) |
| Imposto a pagar (Nota 14) | 975.771 | 3.215.980 |

Nos exercícios de 2015 e 2014, as entregas antecipadas de imposto do selo, no montante de mSTD 601,478 e mSTD 776,396, respectivamente, foram reflectidas na rubrica "Outros resultados de exploração" da demonstração dos resultados (Nota 23).

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação fiscal eventuais correcções ao lucro tributável dos exercícios de 2011 a

2015. Dada a natureza das eventuais correcções que poderão ser efectuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, o Conselho de Administração do Banco entende que eventuais liquidações adicionais que possam resultar destas revisões não serão significativas para as demonstrações financeiras anexas.

20. Margem financeira

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

| | 2015 | 2014 |
|---|--------------------|--------------------|
| Juros e proveitos equiparados | | |
| De crédito concedido | 107.113.199 | 130.905.600 |
| De obrigações e outros títulos | 1.528.586 | 1.912.245 |
| De aplicações em instituições de crédito no estrangeiro | 2.798.567 | 2.485.553 |
| Comissões associadas a operações de crédito | 6.437.846 | 8.045.445 |
| Outros | 602.958 | 85.822 |
| | 118.481.155 | 143.434.665 |
| Juros e custos equiparados | | |
| De depósitos de clientes | 19.995.904 | 22.172.997 |
| Outros | - | - |
| | 19.995.904 | 22.172.997 |

21. Rendimentos e encargos de serviços e comissões

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

| | 2015 | 2014 |
|---|-------------------|-------------------|
| Rendimentos de serviços e comissões: | | |
| Comissões de transferência | 32.515.220 | 33.000.585 |
| Comissões de garantias e avales | 7.262.433 | 6.975.481 |
| Comissão de intervenção | 1.025.841 | 1.269.128 |
| Comissão de risco | 667.101 | 951.120 |
| Comissão de cobrança Efeitos | 1.961 | 841 |
| Outras comissões | 34.177.369 | 23.439.169 |
| | 75.649.924 | 65.636.325 |
| Encargos com serviços e comissões: | | |
| Manutenção de cartões | 1.727.260 | 1.510.905 |
| Serviços bancários prestados por conta de terceiros | 618.942 | 298.047 |
| Taxas de serviço | 1.090.600 | 961.758 |
| Outras comissões | 473.549 | 417.958 |
| Por garantias recebidas | 14.248 | - |
| Por compromissos assumidos por terceiros | 355.696 | - |
| | 4.280.296 | 3.188.667 |

A rubrica "Rendimentos de Serviços e Comissões - Outras Comissões" diz essencialmente respeito a comissões de venda de moeda (euros).

22. Resultados de reavaliação cambial

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

| | 2015 | | | 2014 | | |
|---------------------------------|------------------------|----------------------|-------------------|----------------------|--------------------|----------------|
| | Prejuízos | Lucros | Líquido | Prejuízos | Lucros | Líquido |
| Resultados sobre notas e moedas | (29.148.270) | 32.173.534 | 3.025.263 | (7.378.919) | 24.011.877 | 16.632.985 |
| Resultados em divisas | (1.885.725.592) | 1.893.615.501 | 7.889.909 | (710.614.858) | 694.744.901 | (15.869.957) |
| | (1.914.873.862) | 1.925.789.035 | 10.915.172 | (717.993.777) | 718.756.778 | 763.001 |

23. Outros resultados de exploração

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

| | 2015 | 2014 |
|--|---------------------|--------------------|
| Outros resultados de exploração: | | |
| Prestação de serviços bancários diversos | 10.074.910,48 | 7.607.159 |
| Reembolso de despesas bancárias | 3.327.227,69 | 2.878.055 |
| Mais-valia na venda de imobilizado | 1.640.000,12 | 364.138 |
| Recuperação de créditos incobráveis | 218.209,87 | 478.837 |
| Outros | 3.004.049,16 | 5.299.196 |
| | 18.174.397 | 16.627.386 |
| Outros custos de exploração: | | |
| Quotizações e donativos | (4.325.989) | (1.931.281) |
| Imposto e taxas | (1.403.753) | (1.510.311) |
| Outros | (4.595.985) | (3.371.540) |
| | (10.325.728) | (6.813.132) |
| | 7.848.670 | 9.814.253 |

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os saldos das rubricas "Outros proveitos/custos de exploração - Outros" incluem mSTD 3.603.495 e mSTD 4.479.259, respectivamente, os quais dizem respeito a movimentos pendentes nas reconciliações bancárias das contas de depósitos à ordem com correspondentes com antiguidade anterior ao exercício de 2011.

24. Custos com pessoal

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

| | 2015 | 2014 |
|---|-------------------|-------------------|
| Remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização | 6.780.352 | 6.829.349 |
| Remuneração dos empregados | 48.036.625 | 42.965.101 |
| Prémio de produtividade | 5.140.694 | 4.405.899 |
| Encargos sociais obrigatórios | 2.270.542 | 1.991.759 |
| Encargos sociais facultativos | 341.148 | 918.664 |
| Prémios de antiguidade (Nota 2.2.j)) | 419.357 | 290.106 |
| Outros | 518.051 | 408.070 |
| | 63.506.769 | 57.808.948 |

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o Banco tinha ao seu serviço 158 e 152 empregados, respectivamente.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Custos com Pessoal - Outros" inclui mSTD 463,897 e mSTD 295,395 referentes à festa de confraternização dos empregados organizada durante os exercícios de 2015 e 2014, respectivamente.

A rubrica de encargos sociais obrigatórios diz respeito aos encargos com a Segurança Social e o subsídio de morte. Quanto aos encargos facultativos, esta rubrica é constituída por serviços médico sociais, internamento hospitalar assim como assistência médica e medicamentos.

25. Gastos gerais administrativos

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

| | 2015 | 2014 |
|--|-------------------|-------------------|
| Comunicações | 7.458.698 | 6.348.861 |
| Água, energia e combustível | 6.992.455 | 6.759.411 |
| Publicidade | 3.401.131 | 4.112.266 |
| Conservação e reparação | 3.152.677 | 4.874.514 |
| Viagens e representação | 5.175.677 | 4.034.983 |
| Rendas e alugueres | 4.572.810 | 4.432.323 |
| Impressos e material de consumo corrente | 3.286.566 | 3.875.242 |
| Serviços de informática | 3.555.818 | 3.591.685 |
| Segurança e vigilância | 2.772.872 | 2.591.887 |
| Estudos e consultas | 3.596.874 | 2.465.056 |
| Outros | 12.043.662 | 11.797.782 |
| | 56.009.238 | 54.884.010 |

26. Balanço por Moeda

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o balanço por moeda do Banco apresenta a seguinte estrutura:

| | 2015 | | | | | |
|--|----------------------|---------------------|--------------------|-------------------|--------------------|----------------------|
| | Moeda Nacional | | Moeda estrangeira | | | |
| | EUR | USD | Outras | Total ME | Total | |
| Caixa e disponibilidades no Banco Central | 552.456.547 | 85.300.001 | 78.226.255 | 6.937.787 | 170.464.043 | 722.920.591 |
| Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito | 24.484.787 | 49.360.188 | 62.557.797 | 7.456.107 | 119.374.092 | 143.858.880 |
| Outros créditos sobre instituições de crédito | - | 98.116.239 | 337.263.599 | - | 435.379.838 | 435.379.838 |
| Créditos sobre clientes | 436.704.339 | 115.519.902 | 36.250.121 | -1 | 151.770.022 | 588.474.362 |
| Obrigações e outros títulos | - | 24.789.664 | 33.746.367 | - | 58.536.030 | 58.536.030 |
| Imobilizações corpóreas | 270.247.685 | - | - | - | - | 270.247.685 |
| Imobilizações incorpóreas | 5.442.146 | - | - | - | - | 5.442.146 |
| Imobilizações em curso | 10.154.912 | - | - | - | - | 10.154.912 |
| Imobilizações Financeiras | - | 2.940.000 | - | - | 2.940.000 | 2.940.000 |
| Outros activos | 52.268.100 | 14.629.809 | 939.918 | - | 15.569.727 | 67.837.827 |
| Contas de regularização | 2.892.518 | 1.526.388 | 538.669 | 37.145 | 2.102.202 | 4.994.720 |
| Total do Activo | 1.354.651.035 | 392.182.191 | 549.522.726 | 14.431.039 | 956.135.956 | 2.310.786.991 |
| Recursos de outras instituições de crédito: | | | | | | |
| Depósitos: | | | | | | |
| À vista | 786.453.991 | 366.284.827 | 316.261.178 | 3.563.823 | 686.109.828 | 1.472.563.819 |
| A prazo ou com pré-aviso | 266.528.012 | 51.378.979 | 118.973.309 | 267.475 | 170.619.763 | 437.147.775 |
| Recursos de outras entidades | 8.984.190 | 2.001.115 | 207.897 | - | 2.209.011 | 11.193.202 |
| Outros passivos | 4.485.124 | 29.008.482 | 806.260 | - | 29.814.741 | 34.299.865 |
| Contas de regularização | 21.844.735 | 5.140.548 | 1.101.691 | - | 6.242.238 | 28.086.973 |
| Provisões para riscos e encargos: | | | | | | |
| Provisão para pensões de reforma | 21.510.168 | - | - | - | - | 21.510.168 |
| Outras provisões | 217.783 | -10 | - | - | -10 | 217.773 |
| Total do Passivo | 1.110.024.004 | 453.813.939 | 437.350.334 | 3.831.298 | 894.995.572 | 2.005.019.576 |
| Activo / (Passivo) líquido | 244.627.031 | (61.631.748) | 112.172.392 | 10.599.740 | 61.140.384 | 305.767.415 |

| | 2014 | | | | | |
|--|----------------------|--------------------|--------------------|------------------|--------------------|----------------------|
| | Moeda Nacional | | Foreign Currency | | | |
| | EUR | USD | Outras | Total ME | Total | |
| Caixa e disponibilidades no Banco Central | 500.417.385 | 83.099.372 | 68.449.812 | 4.128.127 | 155.677.311 | 656.094.696 |
| Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito | 6.076.510 | 34.469.900 | 189.099.711 | 5.395.371 | 228.964.982 | 235.041.492 |
| Outros créditos sobre instituições de crédito | - | 98.514.500 | 161.476.162 | - | 259.990.662 | 259.990.662 |
| Créditos sobre clientes | 358.971.353 | 200.938.469 | 47.731.011 | -4 | 248.669.476 | 607.640.829 |
| Obrigações e outros títulos | - | 24.781.392 | 50.445.630 | - | 75.227.022 | 75.227.022 |
| Imobilizações corpóreas | 195.517.331 | - | - | - | - | 195.517.317 |
| Imobilizações incorpóreas | 8.043.076 | - | - | - | - | 8.043.077 |
| Imobilizações em curso | 17.406.059 | - | - | - | - | 17.406.059 |
| Imobilizações Financeiras | - | 2.940.000 | - | - | 2.940.000 | 2.940.000 |
| Outros activos | 51.399.635 | 8.236.344 | 844.535 | - | 9.080.879 | 60.480.515 |
| Contas de regularização | 1.841.359 | 964.317 | 484.653 | - | 1.448.970 | 3.290.329 |
| Total do Activo | 1.139.672.708 | 453.944.294 | 518.531.514 | 9.523.494 | 981.999.302 | 2.121.671.996 |
| Recursos de outras instituições de crédito: | | | | | | |
| Depósitos: | | | | | | |
| À vista | 573.128.809 | 299.488.693 | 358.489.846 | 2.368.455 | 660.346.994 | 1.233.475.803 |
| A prazo ou com pré-aviso | 313.219.462 | 45.444.221 | 141.798.362 | 790.151 | 188.032.734 | 501.252.196 |
| Recursos de outras entidades | 11.249.468 | 1.331.612 | - | 503 | 1.332.115 | 12.581.583 |
| Outros passivos | 4.336.663 | 13.568.670 | 2.624.207 | - | 16.192.877 | 20.529.540 |
| Contas de regularização | 21.548.461 | 5.531.770 | 988.280 | - | 6.520.050 | 28.068.511 |
| Provisões para riscos e encargos: | | | | | | |
| Provisão para pensões de reforma | 21.510.168 | - | - | - | - | 21.510.168 |
| Outras provisões | - | - | - | - | - | - |
| Total do Passivo | 944.993.031 | 365.364.966 | 503.900.695 | 3.159.109 | 872.424.770 | 1.817.417.801 |
| Activo / (Passivo) líquido | 194.679.677 | 88.579.328 | 14.630.819 | 6.364.385 | 109.574.532 | 304.254.195 |

27. Eventos subsequentes

Entre 31 de Dezembro de 2015 e a data de aprovação das demonstrações financeiras, não ocorreram factos relevantes que tenham influenciado a posição patrimonial e os resultados do banco.



13. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas

Nos termos da Lei e dos Estatutos do Banco Internacional de São Tomé e Príncipe (BISTP), e em conformidade com o mandato que nos foi conferido, apresentamos o Relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal, bem como o Parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração no seu Relatório e Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

O Conselho Fiscal, no âmbito das suas competências e tendo em consideração o modelo de governação adoptado pelo BISTP, acompanhou e fiscalizou regularmente os atos de gestão do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, acedendo às atas das reuniões realizadas por estes órgãos e à documentação que suporta as decisões tomadas. Foram efectuadas as verificações julgadas oportunas e adequadas e analisado o processo de preparação das contas e sempre obtivemos, quer da Comissão Executiva quer dos serviços do Banco, todos os esclarecimentos solicitados.

O Conselho Fiscal analisou o conteúdo do Relatório de Auditoria emitido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas PricewaterhouseCoopers & Associados, Lda. (PWC), com a qual declara concordar, dando-o aqui como integralmente reproduzido. De acordo com as Normas Internacionais de Auditoria os auditores externos certificam que as Demonstrações Financeiras que compreendem, nomeadamente, o Balanço, as Demonstrações dos Resultados e os fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, que, de acordo com as normas do Banco Central de São Tomé e Príncipe e com os princípios contabilísticos aplicáveis, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco.

O Conselho Fiscal constatou que o Relatório de Auditoria da PWC mantém a anterior reserva relativa à provisão para encargos com pensões por os Acionistas ainda não terem deliberado sobre o assunto, mas a Comissão Executiva está a analisar o assunto com vista à sua resolução. Igualmente mantém a reserva sobre o montante registado em imobilizações financeiras relativa à participação do Banco no capital da SPAUT-Sociedade Gestora de Sistema de pagamentos Automáticos, SA, por não estarem disponíveis as demonstrações financeiras auditadas desta entidade, não sendo possível concluir com fiabilidade da eventual imparidade desta participação que continua registada nas contas do BISTP pelo valor nominal.

Como ênfase, os auditores referem, para o exercício de 2015, a renovação da autorização que o BISTP obteve do Banco Central para não aplicar um conjunto de políticas contabilísticas definidas no PCIF, nomeadamente o diferimento linear e não a taxa efetiva no cálculo das comissões associadas a operações de crédito, a valorização da carteira de títulos ao custo de

DESEMPRE - PARA SEMPRE

Praça da Independência
C.P. 536 - S. Tomé
República Dem. de S. Tomé e Príncipe

Tel. (+ 239) 224 31 00
Fax (+ 239) 222 24 27
Email: sgeral@bistp.pt
www.bistp.pt



aquisição em vez da aplicação do conceito de "justo valor" e o cálculo de provisões para riscos de crédito nos termos da NAP nº 7/2007, em substituição do cálculo de imparidades nos termos das IAS 39, consagrado no PCIF, bastante mais gravoso em termos financeiros por absorver mais capital, reiterando o Conselho Fiscal que o Banco deveria adoptar progressivamente tais políticas para melhorar a cobertura dos riscos de crédito face à degradação da carteira e dado que o regime de exceção não deverá prolongar-se muito mais tempo.

No desenvolvimento do seu trabalho, o Conselho Fiscal não teve conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os Estatutos e os preceitos legais aplicáveis e acompanhou, com a periodicidade e extensão que considerou mais adequadas, a evolução da atividade do BISTP, a regularidade dos registos contabilísticos, a análise dos riscos de crédito e a conferência dos valores em cofre. Analisou e verificou os principais actos de gestão tendo consultado algumas Atas do Conselho de Administração e da Comissão Executiva.

O Conselho Fiscal assume-se como órgão ativo na avaliação dos riscos do BISTP e nessa qualidade analisou o relatório de atividades desenvolvidas pelos Gabinetes de Auditoria Interna e de Compliance. No seguimento, incentivou estes órgãos de estrutura a produzir relatórios para a gestão sobre o Sistema de Controlo Interno do Banco no sentido de melhor avaliar e monitorizar os riscos de crédito e operacionais, enumerando as deficiências de controlo existentes, apontando soluções e criando, revendo e divulgando os normativos internos.

No desenvolvimento da sua acção fiscalizadora, cujas principais conclusões ficaram registadas na Acta 1/2016 da reunião anual ordinária, de 14 de Junho de 2016, e foram comunicadas ao Conselho de Administração, o Conselho Fiscal verificou que:

- Exceto quanto aos possíveis efeitos das reservas descritas no relatório dos auditores PricewaterhouseCoopers & Associados, as Demonstrações Financeiras permitem uma adequada compreensão da posição financeira do Banco, dos seus resultados e dos fluxos de caixa. O Activo líquido atingiu os 2.310 mil milhões de STD e os Resultados Líquidos fixaram-se em 25,5 mil milhões de STD;
- As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados estão de acordo com a lei bancária vigente, mas deveriam começar a evoluir para o preconizado no PCIF sem as exceções que vêm sendo anualmente autorizadas pelo Banco Central;
- O Relatório do Conselho de Administração é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação do Banco, evidenciando os aspectos mais significativos;
- Em termos de conclusões, sem esquecer a difícil envolvente macroeconómica, o Conselho Fiscal chama a atenção para o perfil de risco material do Banco devido à deterioração da qualidade da carteira de crédito, com o crédito em situação irregular a atingir elevados montantes, e para a estrutura de custos operacionais com evolução desalinhada com o produto bancário, o que originou uma significativa quebra na eficiência da atividade global.
- A proposta da aplicação de resultados contempla as disposições legais e estatutárias aplicadas.

DESEMPRE - PARA SEMPRE

Praça da Independência
C.P. 536 - S. Tomé
República Dem. de S. Tomé e Príncipe

Tel. (+ 239) 224 31 00
Fax (+ 239) 222 24 27
Email: sgeral@bistp.pt
www.bistp.pt



BANCO INTERNACIONAL
DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE

PARECER

A responsabilidade do Conselho Fiscal encontra-se definida na Lei Bancária e nos Estatutos do BISTP.

O relatório anual do Conselho Fiscal, com o pormenor que julgamos adequado às circunstâncias, o trabalho e o âmbito da sua atividade fiscalizadora, proporcionam uma base aceitável para emitir o seu parecer sobre o Relatório e Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, apresentado pelo Conselho de Administração.

Nestes termos, não obstante as preocupações assinaladas, o Conselho Fiscal dá o seu parecer positivo a que a Assembleia Geral aprove o Relatório do Conselho de Administração, as Demonstrações Financeiras e pondere sobre a proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2015, apresentados pelo Conselho de Administração.

Cidade de São Tomé, 14 de Junho de 2016

O Conselho Fiscal

(João Manuel Barata da Silva)

(Molelaliza Santos Afonso Fernandes)

(Nyaneka Nazaré Ferreira Sousa)

DESDE SEMPRE - PARA SEMPRE

Praça da Independência
C.P. 536 - S. Tomé
República Dem. de S. Tomé e Príncipe

Tel (+ 239) 224 31 00
Fax (+ 239) 222 24 27
Email: geral@bistp.st
www.bistp.st



**BANCO INTERNACIONAL
DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE**